

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS - CECEN
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

JEFFERSON MACIEL LIRA

**“NO INTERESSE DA PAZ E DA HONRA NACIONAL”: a “Operação Limpeza” nas
páginas do *Jornal Pequeno*.**

SÃO LUÍS – MA

2016

JEFFERSON MACIEL LIRA

“NO INTERESSE DA PAZ E DA HONRA NACIONAL: a “Operação Limpeza” nas páginas do *Jornal Pequeno*.

Monografia apresentada ao Curso de História, da Universidade Estadual do Maranhão, como parte dos requisitos para a obtenção da graduação em História Licenciatura Plena.

Orientadora: Prof^a Dr^a Monica Piccolo Almeida Chaves

SÃO LUÍS – MA

2016

Lira, Jefferson Maciel.

“No interesse da paz e da honra nacional”: a “Operação Limpeza” nas páginas do Jornal Pequeno / Jefferson Maciel Lira. – São Luís, 2016.

83 f

Monografia (Graduação) – Curso de História, Universidade Estadual do Maranhão, 2016.

Orientador: Profa. Monica Piccolo Almeida Chaves.

1. Ditadura empresarial-militar. 2. Ato institucional. 3. Operação limpeza. 4. Jornal Pequeno. I. Título

CDU: 94(81).088:070

JEFFERSON MACIEL LIRA

“NO INTERESSE DA PAZ E DA HONRA NACIONAL: a “Operação Limpeza” nas páginas do *Jornal Pequeno*.

Monografia apresentada ao Curso de História, da Universidade Estadual do Maranhão, como parte dos requisitos para a obtenção da graduação em História Licenciatura Plena.

Orientadora: Prof^a Dr^a Monica Piccolo Almeida Chaves

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Monica Piccolo Almeida Chaves (Orientadora)

Universidade Estadual do Maranhão

Prof^a Dr^a Ana Livia Bomfim Vieira

Universidade Estadual do Maranhão

Prof^o Dr^o Fábio Henrique Monteiro Silva

Universidade Estadual do Maranhão

Para os meus pais, pelo incentivo e dedicação sem os quais não teria chegado até aqui.

“O objeto da história é, por natureza, o homem. (...) Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça”.

Marc Bloch

“Quem, de três milênios, não é capaz de se dar conta, vive na ignorância, na sombra, à mercê dos dias, do tempo”.

Johann Goethe

AGRADECIMENTOS

Chego ao fim de uma caminhada, que para mim se mostrou longa, árdua, rica e com toda certeza valorosa para me fazer compreender quem sou e o mundo ao qual pertenço, destacando que posso ser um universo que pertence a outro, e tudo se ajeita da melhor forma possível para que estejamos felizes.

Neste ciclo que se encerra além de lamentações por todo tempo gasto, todo dinheiro (que já não tenho) gasto, todas as passagens e xerox, todos os momentos de fome que passei, sorrindo dizendo que estava de dieta, ou que tinha acabado de comer, mas que na verdade era falta de grana, também temos que agradecer a todos e todas que foram importantes para minha chegada até aqui.

Aos meus pais, Reginaldo Lira e Nalva Maciel, que muito me incentivaram e contribuíram não apenas financeiramente, mas por muitas vezes com palavras de carinho e de encorajamento, alimentando meus sonhos naquilo que me propus a ser. A eles que nunca me criticaram pela escolha da docência, que sentiam orgulho em cada passo que eu dava dentro da graduação. Pelos momentos difíceis que me alentaram, enxugaram minhas lágrimas e mandaram-me levantar dizendo que eu conseguiria por que eles estavam comigo. A vocês que são na verdade o grande amor da minha vida e a razão de querer conquistar tudo isso, para que um dia eu possa retribuir tudo o que fizeram por mim desde o momento em que cheguei a esta terra. Meu muito obrigado, eu com certeza amo vocês.

A turma de 2008.2, minha turma original, que me ensinou muitas coisas, e aqui cabe dizer que foram coisas para além do muro da universidade, foram minhas primeiras amizades, minhas primeiras experiências da vida, meu primeiro porre, meu primeiro beijo, meu primeiro finalmente eu sou esse. Vocês me ajudaram a encontrar meu caminho para eu seguir e ser quem sou. Como dizíamos “várias vezes”, muito obrigado.

A minha melhor amiga Asieli Rocha, que foi minha amiga desde o começo, mesmo ela sendo excedente, e até hoje desfrutamos de uma amizade incrível sem cobranças e de compreensão de que o outro é diferente de quem sou e isso nos enriquece. Aquela que sempre me chama atenção quando estou errado, ou quando estou trilhando por um caminho no qual vou sofrer. A minha “Rihanna da Cidade Operária”, linda de morrer que foi uma das principais responsáveis da minha volta ao Curso de História. Miga muito obrigado. Te amo!

Aos meus amigos da turma 2012.2 pelo grande acolhimento, embora no começo vários me odiaram mas depois nos tornamos pessoas que torciam umas pelas outras e ajudavam em tudo que era possível. Obrigado por me receberem.

Aos meus amigos da UEMA e vida Afonso Cunha (eu só posso dizer, amigo hétero obrigado por tudo), Washington Mendes (pelas vindas na minha, ajudar a selecionar reportagens de jornal e em tudo sempre), Reinilda Oliveira, Werbeth Belo, Marcos Paulo, Kelma Nobre, Marla Rafaela (pelas normatização e tudo na vida), Lucas Parreão, Pablo Monteiro, Mariana Sulidade, Sarah Gomes, Gabriel Marlen, Kildson Barbosa, Walquiria Almeida, Amanda Neto Neves, Thiago Moura, Jadielson Ribeiro. Amo vocês e certamente sem vocês as coisas seriam bem diferentes e sou muito grato por cada ajuda em que me deram.

Ao NUPEHIC em todas as suas gerações, principalmente a minha de 2014, foi onde aprendi muito sobre História e Teoria e mais, aprendi sobre convivência por opção, vocês são sensacionais.

A Louisa e Reyjane que sempre foram um amor comigo e me ajudavam sempre que precisei, né Lau? (e que ajuda) né Rey?

Aos meus professores que me ensinaram tudo o que aprendi, foram os responsáveis diretos por eu ainda querer esta profissão e pelo exemplar trabalho que exercem dentro da Universidade Estadual do Maranhão. Em especial Yuri Costa e Marcelo Cheche, que foram peças fundamentais na minha retomada do curso para que eu me sentisse apto novamente a estar presente e incentivado a querer saber como eles sabem, além de serem professores excepcionais no trato com os alunos, Fabio Henrique no qual sempre me motivou na correção de suas provas e me fazia querer chegar até aqui, a Henrique Borralho, ao qual sou eternamente grato pela lição de humildade e de perdão que me ensinou, Adriana Zierer, Sandra e Ana Livia Bonfim que sempre foram doces amores na minha graduação em tudo o que eu fazia. Muito obrigado a vocês.

Ao meu atual namorado Victor Sousa que esteve disposto a me aturar durante este período de alto estresse, que me dá o prazer de também querer ser um historiador, além de ser alguém super competente e inteligente, é lindo de morrer e me faz sentir completo quando estou ao lado dele. Amor eu gosto muito de você, obrigado por sua paciência e por estar comigo e me fazer feliz, aquela parada de ônibus será inesquecível para nós dois. Te amo amor.

A minha orientadora Monica Piccolo, que na verdade eu não tenho palavras que descrevam o que você foi pra mim e é. Além de eu querer ser você quando eu crescer, super inteligente e uma professora extraordinária, queria agradecer pelos seus diversos papéis em minha vida além de professora e orientadora, de mãe, de amiga, de confidente. Eu te levarei pro resto da minha vida no coração aonde quer que eu esteja. Você me salvou sempre quando

precisei, baby meu muito obrigado, da sua bicha escandalosa, libélula ,muito obrigado amore
você foi um presente que me seduziu no momento em que me olhou.

Obrigado a todos aqueles que de alguma forma contribuíram na minha vida
acadêmica.

RESUMO

Esta pesquisa tem como principal objetivo a análise do posicionamento do Jornal Pequeno, nos primeiros seis meses após o Golpe de 31 de Março de 1964, ou seja, de abril a setembro, tendo como foco de investigação o decreto do Ato Institucional Nº1, em 09 de Abril de 1964 pelo Comando Revolucionário, que se desdobrou no que ficou conhecido como a “Operação Limpeza”, tendo por alicerce os fundamentos teórico-metodológicos do militante político italiano e filósofo Antônio Gramsci. Algumas temáticas de grande importância serão investigadas como: a produção historiográfica levando em consideração as peculiaridades que permearam o golpe e o regime nascidos em 1964, as novas abordagens temporais da História enquanto ciência sobre a História do Tempo Presente, a utilização dos impressos enquanto fonte primária da análise histórica, a historiografia específica sobre o Ato Institucional e a análise da imprensa local, representada pelo periódico Jornal Pequeno, em relação à “Operação Limpeza” em âmbito nacional e local. Desta forma pretendendo atender às necessidades da historiografia maranhense acerca das pesquisas e estudos relacionados à História Contemporânea do Brasil, este trabalho monográfico procura contribuir para a reflexão sobre um dos principais processos históricos ocorridos pós-golpe no Estado do Maranhão, tendo em vista a importância da imprensa, e neste caso na categoria escrita, em relação à construção de um consenso em torno de um projeto ideológico de uma classe dominante.

Palavras-chave: Imprensa. Maranhão. Gramsci. “Operação Limpeza”.

ABSTRACT

This research has as main objective the analysis of the Jornal Pequeno positioning in the first six months after the coup of 31 March 1964, ie from April to September, with the research focus of the decree of Institutional Act N° 1 in 09 April 1964 by the Revolutionary Command, which was deployed in what became known as "the Cleaner", with the foundation of the theoretical and methodological foundations of the Italian political activist and philosopher Antonio Gramsci. Some very important issues will be investigated as the historical production taking into account the peculiarities that permeated the coup and the born regime in 1964, the new temporal approaches of history as a science about the history of the present time, the use of print as the primary source the historical analysis, historiography specifies on the Institutional Act and analysis of the local press, represented by the Jornal Pequeno, in relation to "the Cleaner" at national and local level. Thus intending to meet maranhense historiography needs about research and studies related to the Contemporary History of Brazil, this monograph aims to contribute to reflection on one of the main historical processes in post-coup in the state of Maranhão, in view of the importance of press, and in this case the category written in relation to building consensus around an ideological project of a ruling class.

Keywords: Press. Maranhão. Gramsci. "The Cleaner".

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Capítulo 1 - HISTORIOGRAFIA EM QUESTÃO	18
1.1. Revisando a historiografia sobre o golpe de 1964 e a Ditadura	18
1.2. A Ciência Política e os Historiadores Brazilianistas	19
1.3. As Leituras Marxistas.....	23
1.4. A Corrente Revisionista Brasileira.....	25
1.5. O Conceito "Empresarial-Militar" e o Combate ao Revisionismo	28
Capítulo 2 - IMPRENSA, ANTONIO GRAMSCI E A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: PERSPECTIVAS TEÓRICAS	33
2.1. O Uso da Imprensa em destaque.....	33
2.2. História do Tempo Presente e suas Discussões Historiográficas	35
2.3. Fundamentação Teórica: Conceitos de Antonio Gramsci	37
Capítulo 3 - AI-1: A “OPERAÇÃO LIMPEZA E A ANÁLISE DO JORNAL PEQUENO”	43
3.1. “AI-1” e a Discussão Historiográfica: Institucionalizando a “Operação Limpeza”	43
3.2. O contexto do cenário Pós-Golpe e o Jornal Pequeno	47
3.3. A “Operação Limpeza” no cenário nacional nas páginas do Jornal Pequeno	55
3.4. A “Operação Limpeza” no contexto do Maranhão nas páginas do Jornal Pequeno	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
ANEXOS	75
REFERÊNCIAS	80

INTRODUÇÃO

O dia 31 de março de 1964 marcou, para muitos, de forma negativa, a história política do Brasil. O golpe, acredito, não aconteceu do dia para a noite e não foi unicamente articulado por militares. Muitos segmentos da sociedade civil ajudaram na campanha de desestabilização do governo de João Goulart e no rompimento do sistema democrático.

Amplios setores da classe média urbana, associações civis, laicas, religiosa e empresarial, grandes veículos de comunicação, além dos governadores das principais unidades da federação, assim como os presidentes do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal, tomaram parte na derrubada do governo. A questão que convergia os esforços de todos esses segmentos, sejam eles civis ou militares, era a alegação de incompetência do governo Goulart e sua forte tendência esquerdista.

Do outro lado do espectro político, grandes forças de esquerda passaram a ter um protagonismo dentro da política nacional daquele período. O Partido Comunista Brasileiro aglutinava membros da classe operária, do campesinato e lideranças estudantis. Neste bojo também se encontravam a Ação Popular e nacionalismo de Leonel Brizola. Todos estes instados a conduzir João Goulart na direção de apoio às Reformas de Base.

Levando em consideração as peculiaridades que permearam o golpe e o regime nascidos em 1964, e que serão mais aprofundadas no decorrer do texto, este trabalho tem por objetivo traçar um debate em torno da historiografia do golpe e da ditadura. Além disso, serão destacadas as principais caracterizações e ou classificações acerca do regime instaurado em 31 de março de 1964.

Desta forma, o objetivo deste trabalho está pautado em uma análise sobre a grande imprensa local, a partir da análise das páginas do *Jornal Pequeno*¹, durante os primeiros seis meses depois do Golpe de 31 de Março, após a instauração do Primeiro Ato Institucional, conhecido como a “Operação Limpeza”. Será, portanto, perceber de que forma este impresso se posiciona após o decreto do Ato e que significados o AI-1 possui para a estruturação do novo governo instaurado através das perspectivas do jornal, destacando de maneira dinâmica seu comportamento em relação a “Operação” no âmbito nacional e local.

¹ Os exemplares do *Jornal Pequeno* utilizados como fonte primárias desta pesquisa encontram-se acondicionados na Biblioteca Pública Benedito Leite, localizada na praça Deodoro, centro de São Luís. Apresentam-se organizados em livros divididos por trimestres de cada ano, localizados em arquivos e prateleiras do setor de jornais da biblioteca.

Outras questões nesta pesquisa são problematizadas para uma melhor compreensão do contexto histórico e teórico-metodológico. Discorrer sobre a ditadura, exige além de um conhecimento histórico, uma discussão acerca de novos eixos temporais inseridos no campo da História enquanto ciência, neste caso, uma das mais recentes abordagens: a História do Tempo Presente. Assim, como conteúdo metodológico, o uso dos jornais como fonte primária para o campo da História nos impulsiona a refletir sobre a importância da demarcação não apenas temporal, mas participativa na construção das elaborações e fatos históricos, o lugar da comunicação, neste caso a imprensa escrita, para um mesmo desempenho no exercício da análise do ofício do historiador.

*

O primeiro capítulo desta pesquisa monográfica traz uma discussão historiográfica sobre as principais versões sobre o Golpe Empresarial-Militar de 1964, o desfecho autoritário do 31 de março de 1964, além da instauração de um novo modelo de governo no Brasil.

Nesta parte destacamos os principais pesquisadores que procuraram pensar sobre a temática e seus posicionamentos ideológicos. Nesta análise são destacados diversos processos que levaram ao movimento de março de 64 e as medidas que foram tomadas para gerir a nação posteriormente, elencando os novos mecanismos adquiridos para sustentação de um novo modelo de Estado e os aparatos utilizados para sua manutenção.

Neste capítulo, portanto, localizamos as discussões em torno de algumas linhas de análise teórica, confrontando-as e localizando aquela que avaliamos apresentar a melhor argumentação para a análise desta pesquisa. Iniciaremos pela produção dos cientistas políticos, pioneiros nas análises do aspecto institucional do Golpe e do Regime então instaurado. A seguir, serão analisadas as produções dos pesquisadores marxistas que atribuem um caráter classista ao Golpe e destacam as divergências entre a classe trabalhadora e a ordem burguesa presente no momento. Por fim, os que chamamos de “revisionistas” que possuem sua interpretação dentro de uma perspectiva de que o Golpe foi apenas uma reação da direita diante das ações radicais de uma esquerda não organizada.

*

No segundo capítulo são discutidas as questões teórico-metodológicas escolhidas e aplicadas neste trabalho. Primeiramente, a discussão da utilização do jornal enquanto fonte histórica, evidenciando o importante papel da imprensa nos processos históricos, além de destrinchar a maneira de análise deste tipo de fonte e a sua recém-inserção nas abordagens dentro do campo da História a partir da Escola dos Annales, na virada do Século XX.

Logo em seguida, exploramos a recente área de atuação do historiador com a inserção da História do Tempo Presente, haja vista que essas discussões estiveram, até pouco tempo, restritas aos cientistas sociais e políticos. Portanto, é necessário que se faça uma discussão para que possa compreender quais são os novos métodos de análise que o historiador deve imprimir em seu ofício tão recente para a História e a Historiografia.

Também refletimos sobre o arcabouço teórico de Antônio Gramsci, uma renovação ao pensamento marxista, para auxiliar fundamentalmente na análise das fontes impressas e, sobretudo, poder localizar o papel da comunicação na demarcação histórica, dentro de suas elaborações teóricas, refletindo desse modo na compreensão de uma perspectiva da luta de classes.

Nisto, a contribuição de Gramsci do modelo de Estado, como um Estado Ampliado, norteia todo o tempo a pesquisa, pois insere na discussão de gerência estatal uma mobilização de outras classes em que, na ótica tradicional de um Estado Restrito não é possível identificar, pois neste o Estado é apenas composto pela sociedade política enquanto, para Gramsci, o Estado é composto pela sociedade política e a sociedade Civil, o que torna o debate sobre o a disputa de classes muito mais enriquecida.

Desta forma, neste capítulo discutimos as concepções e conceitos de Gramsci, tais como Hegemonia, Sociedade Civil, Sociedade Política, Estado Ampliado, Intelectual Orgânico e Partido que ajudam de forma sistemática a se pensar novas alternativas teórico-metodológicas acerca do protagonismo da imprensa escrita na construção de consensos e dissensos dentro da sociedade.

Nisto, em destaque, o conceito de hegemonia, fundamental para as frações de classe consolidarem seu projeto de diligência do poder. Na Sociedade Civil estão localizados os “Aparelhos Privados de Hegemonia”, que podem viabilizar a conquista da hegemonia não apenas pela coerção, como é comum pensar no Estado em seu sentido-restrito, mas sendo responsáveis diretos pela organização da vontade coletiva, através da construção de consenso.

Neste contexto, os jornais na concepção gramsciana, são compreendidos, no âmbito da Sociedade Civil, como “Aparelhos Privados de Hegemonia”, portanto, responsáveis diretos pela interferência nos contextos políticos e ideológicos a fim de promover a organização da vontade coletiva em torno de um projeto de classe que almeja se tornar dominante através do consenso.

*

O terceiro e último capítulo analisa o posicionamento da imprensa escrita maranhense da época, e nossa escolha foi o *Jornal Pequeno*. São abordadas as questões sob a perspectiva deste periódico acerca de alguns momentos do contexto histórico anterior ao Golpe Empresarial-Militar de 1964, como a posse do Vice-Presidente João Goulart, a decisão do modelo de governabilidade proposto, se Presidencialista ou Parlamentarista, bem como o próprio movimento de 31 de Março de 1964. Além disso, foi realizada a análise sobre o posicionamento encontrado dentro das páginas do *Jornal Pequeno* em relação àquela que foi uma das primeiras ações do novo regime instaurado: o Ato Institucional nº1 e seus desdobramentos conhecido como a “Operação Limpeza”.

Este capítulo, portanto, se inicia com uma apresentação sobre o Ato Institucional e uma discussão historiográfica específica sobre o significado do Ato para determinar a intenção de permanência dos militares no poder, seus mecanismos de institucionalização através das práticas normativas legislativas emergenciais, e que tipo de modelo de Estado estava-se conjecturando a se consolidar no Brasil, o Estado democrático ou um Estado de Segurança Nacional no moldes de um Estado de Exceção Total.

Justifica-se a importância desta pesquisa pela necessidade tanto de compreender as particularidades locais diante do contexto nacional, quanto de verificar como ocorreram estes processos de participação da imprensa na derrubada ou construção da institucionalização do governo golpista a partir de 1964, além de promover o estímulo historiográfico no estado, atendendo às demandas locais, dada a originalidade da pesquisa e a escassez da produção historiográfica em torno da temática proposta, estabelecendo conexões entre a História Política e a imprensa.

O recorte temporal justifica-se pela implementação do Ato Institucional, em vigência, primeiramente, nos meses de abril a junho, sendo posteriormente prorrogado por mais 120 dias, de julho a setembro, pretende-se, assim, mapear a frequência de notícias, colunas, reportagens e manchetes nesses primeiros momentos de experiência do país com uma nova normativa legislativa a parte da Constituição Federal.

Esta pesquisa visa contribuir para a produção historiográfica do estado, sobre o momento de grande importância da história do nosso país, trazendo uma nova perspectiva de análise, a partir do eixo da imprensa com reflexão para pensar a sociedade maranhense neste momento da história, contribuindo assim para o rompimento de um eixo centralizador de produção historiográfica concentrado no Sul e Sudeste democratizando, assim, o acesso e a

construção de elaborações históricas sobre visões e lugares diferentes sobre o mesmo tema, realçando as peculiaridades históricas do Maranhão.

CAPÍTULO 1 – HISTORIOGRAFIA EM QUESTÃO

1.1. Revisando a historiografia sobre o golpe de 1964 e a Ditadura

O presente trabalho de conclusão de curso apresenta como um dos objetivos principais pensar a questão dos aparatos repressivos implementados pelo regime autoritário iniciado em abril de 1964. Antes disso, analisar as principais visões acerca do golpe de 31 de março daquele mesmo ano é extremamente caro. Portanto, estas próximas linhas serão destinadas a debater determinadas hipóteses voltadas à reflexão da conjuntura que levou ao rompimento democrático do Brasil na década de 1960.

É importante ressaltar que por mais que se trate aqui de uma pesquisa histórica, este trabalho tem por sustentação historiográfica pesquisadores também da área da ciência política. Sendo assim, é totalmente necessário localizarmos as mais destacadas reflexões sobre o contexto do governo João Goulart e do golpe de 1964. Logo, iniciaremos um momento destinado ao exercício da revisão bibliográfica acerca conjuntura pré e pós-destituição do então presidente Jango Goulart.

O primeiro momento dessa parte do trabalho se destina a destacar o importante papel dos cientistas políticos no campo dos estudos sobre o Brasil contemporâneo. Sabe-se que, por muitos anos, o campo da História demorou em lançar olhares aos objetos históricos mais recentes. É quase que consenso que a razão desse “atraso” se deve às dificuldades da época² em lidar com questões relativas à História do Tempo Presente³ e também da disponibilidade de fontes documentais⁴, além do mais, o tema da ditadura suscitava uma abordagem muito delicada pelo fato de que muitos atores, ou melhor dizendo, sujeitos sociais do período, ainda estarem vivos e quase que nunca alheios às disputas de memória.

Vale destacar ainda, no que se refere ao exercício de revisão historiográfica sobre o governo Goulart, o golpe de 1964 e a ditadura, o quão inovador era nas décadas de 1980 e

² O ponto de partida para entender esse processo é a constatação do triunfo de uma determinada definição de história a partir da institucionalização da própria história como disciplina universitária. Essa definição, fundada sobre uma ruptura entre o passado e presente, atribuía à história a interpretação do passado e sustentava que só os indivíduos possuidores de uma formação especializada poderiam executar corretamente essa tarefa. (FERREIRA, 2000, p. 111).

³ Como afirma Hobsbawm, o Tempo Presente é o período durante o qual se produzem eventos que pressionam o historiador a revisar a significação que ele dá ao passado, a rever as perspectivas, a redefinir as periodizações, isto é, a olhar, em função do resultado de hoje, para um passado que somente sob essa luz adquire significação. (apud Bernstein, 1993, p. 09).

⁴ Muitos historiadores brasileiros durante as décadas de 1970 e 1980 não possuíam acesso a documentos oficiais em virtude do sigilo por parte do governo autoritário e devido também a posturas político-ideológicas de muitos contrários ao regime vigente.

1990 estudar historicamente estas temáticas. Isso se deve ao fato de que nas décadas anteriores, 1960 e 1970, coincidentemente o período mais duro e repressivo da recente história política do Brasil, existira um intenso avanço quantitativo e qualitativo dos estudos republicanos dentro das universidades da América do Sul. O historiador Carlos Fico nos traz uma importante contribuição em seu artigo *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*, publicado na Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, acerca desse ponto:

Segundo levantamentos do Grupo de Estudos sobre a Ditadura Militar da UFRJ, entre 1971 e 2000 foram produzidas 214 teses de doutorado e dissertações de mestrado sobre a história da ditadura militar, 205 delas no Brasil e as restantes no exterior. O crescimento paulatino do número de estudos sobre a temática é visível cotejando-se a produção de teses e dissertações em alguns quinquênios: no período 1971-1975 foram defendidos apenas dois trabalhos; entre 1986 e 1990 as defesas chegaram a 47; no final do período, entre 1996 e 2000, registraram-se 74 teses e dissertações. Os principais focos de interesse foram os movimentos sociais urbanos (27 trabalhos), os temas da arte e da cultura (também com 27 trabalhos), a economia (25) e os assuntos relacionados à esquerda e à oposição em geral (20 teses e dissertações). Em seguida vêm a imprensa (15), a censura (13), a crônica dos diversos governos (11), o movimento estudantil (8) e o estudo do próprio golpe (6), entre outros temas. (FICO, 2004, pp. 40-41).

Uma dos aspectos motivacionais, sem sombra de dúvidas, era a necessidade por parte de uma parcela da comunidade de historiadores de romper com a hegemonia dos estudos históricos sobre os brasis colonial e imperial. Além do mais, aquele era um momento de difusão e profissionalização dos programas de graduação e pós-graduação em História nas principais universidades do país. Aliada a isso, temos também a decisiva contribuição do movimento de renovação historiográfica oriundo na Escola dos Annales⁵.

1.2. A Ciência Política e os Historiadores Brazilianistas

É muito válido atentar para o fato de que a Ciência Política foi vanguarda nas problematizações inerentes ao golpe de 1964 e a ditadura no Brasil, como já foi explicado anteriormente. Este campo do conhecimento, especificamente nas décadas de 1970 e 1980, recebia forte influência dos cientistas políticos norte-americanos, estudiosos preocupados com os aspectos político-institucionais, suas variáveis, rupturas e continuidades dentro da história do Brasil e da América Latina.

⁵ Movimento historiográfico surgido na França, no ano de 1929, fundado por Lucien Febvre e March Bloch. Essa tendência de elaboração histórica visava romper com o modelo tradicional positivista que se baseava em uma História essencialmente cronista de exposição de fatos e acontecimentos. Esse novo modelo pretendia analisar o processo histórico à luz da “longa duração” enfocando o campo das “mentalidades”, da História Social e, principalmente, dando atenção aos sujeitos históricos antes marginalizados (História vista de baixo).

Abordando especificamente a conjuntura pré-ditadura, essa corrente da “historiografia” tem como principais representantes os pesquisadores estadunidenses Thomas Skidmore, com sua formidável obra *Brasil: de Castelo a Tancredo*, de 1988; e Alfred Stepan e seu trabalho intitulado *Os militares na política: mudanças de padrões na vida brasileira*, de 1975.

Historiador e especialista na trajetória política latino-americana, Thomas Skidmore se baseia na seguinte pergunta para formular suas elaborações: Por quais razões os militares não se abstiveram do poder tão cedo após a intervenção de 1964? Como hipótese para a resposta deste questionamento, o “brasilianista”⁶ concentra sua atenção nos meandros políticos da esfera militar através de uma reflexão acerca das contradições dentro desta, traduzido na existência de dois grupos com posturas divergentes em vários aspectos a respeito do processo de condução do Estado a partir do golpe de 1964.

A divisão mais moderada, denominada de “castelistas”, que tinha como figura central o Marechal Humberto Castelo Branco, primeiro ditador a assumir o poder após a criação do Supremo Tribunal Revolucionário em abril de 1964, encontrava-se empenhada em transformar o Brasil, em linhas gerais, em uma “democracia” voltada para o capitalismo. Enquanto isso, do outro lado, existia o segmento mais radical conhecido por “linha dura” e que tinha em Artur da Costa e Silva o seu baluarte. Esta facção apresentava uma vertente mais autoritária e antidemocrática, com intensa repulsa aos direitos humanos.

Segundo Skidmore, a deposição de João Goulart foi, sobretudo, uma ação militar. Logo, sua tese afirma que a ofensiva autoritária do dia 31 de março expressou a fraqueza dos segmentos civis que atuavam no campo da oposição a Jango, pois, “foi a relativa fraqueza das forças civis adversárias do presidente que levaram oficiais do alto nível a concluir que somente sua intervenção podia salvar o Brasil de uma prolongada guerra civil” (SKIDMORE, 1988, p. 41).

Adotando uma linha parecida de pensamento, Alfred Stepan e sua importante hipótese oriunda da reflexão presente em seu livro *Os militares na política: mudanças de padrões na vida brasileira*, tese de doutoramento produzida em 1969, confirma a ideia de que as Forças Armadas constituíam-se, naquele contexto, um subsistema dentro de conjuntura política bem mais ampla. O raio de ação da classe militar, segundo Stepan, se definiria pela busca incansável pró-coesão interna, como também de uma ação regente de face “moderadora”.

⁶ Historiadores estrangeiros que estudam a História do Brasil.

Ou seja, em momentos de efervescência política e institucional, os militares de alta patente sempre objetivavam o reequilíbrio da situação aos seus moldes arbitrários, tendo em vista o sistema político nacional atribulado por ranços ideológicos. Partindo deste prisma, o golpe de 1964 haveria de romper com um modelo padrão de intervenção militar na política nacional. O poder agora não seria devolvido de forma imediata, como sabemos. Aquela situação representaria, segundo a hipótese de Stepan, a chamada quebra do “padrão moderador”.

Ainda com uma percepção voltada aos aspectos institucionais, temos uma reconhecida quantidade de importantes trabalhos desenvolvidos por professores brasileiros. Já se sabe que o quantitativo de trabalhos sobre a temática é muito grande. Assim, nas próximas linhas será dado destaque a estes pesquisadores.

O primeiro deles é Wanderley Guilherme dos Santos com seu livro *“O cálculo do conflito: estabilidade e crise política brasileira”* (2003). O centro de análise está na chamada “paralisia decisória” retratada pela incapacidade de operação do presidente João Goulart diante da crise que assolava o país. Tendo em vista essa reflexão, o golpe de 1964 apresenta profunda relação com os atores radicalizados e indispostos a abrir mão de seus ideais e convicções políticas, assim como um processo de reação às propostas reformistas de Jango.

Com intento de ponderar sobre as relações entre Estado e oposição, Maria Helena Moreira Alves traz em seu livro *“Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)”* (1984), um importante ensaio acerca dos meandros que envolveram o governo Goulart. O ponto de convergência de sua tese é justamente a relação dialética entre a oposição organizada e o Estado, a partir do exame dos mecanismos de dominação política e social provenientes do golpe de 1964.

O grau de politização dentro da classe trabalhadora durante o governo Jango atingiu seu ponto culminante na década de 1960. A História Política do Brasil não viu momento mais exaltado dos seguimentos subalternos da sociedade e isso, segundo Moreira Alves, favorecia o afloramento de organizações mais profundas e ativas. Todavia, existia um fragmento da sociedade brasileira que não assistia com bons olhos aquela efervescência política, como podemos ver no trecho:

A rápida organização da classe trabalhadora e do campesinato assustou as classes mais altas, que nunca antes haviam sido forçadas a mínimas concessões em questões como salários, condições de trabalho ou mesmo organização sindical. (MOREIRA ALVES, 1985, p. 22).

Alguns pontos foram imprescindíveis para que as classes clientelistas, como classifica a cientista política, implementassem e exercessem uma modo autoritário de Capitalismo de Estado. Duas alternativas se destacaram: a influência da Revolução Cubana de 1959, pois havia por parte das classes dominantes um intenso objetivo de evitar que o Brasil se tornasse um regime socialista; de outro lado, não menos significativa, foi o clima de crise interna provindo das tradicionais contradições entre as classes trabalhadoras e as concessões feitas pelas classes dirigentes da política e economia nacional.

A pesquisa de Moreira Alves denota de maneira esclarecedora que o golpe de estado em 1964 representou uma operação capitaneada pelos setores dominantes da sociedade brasileira, em convênio com o capital internacional, tendo como fundamentação ideológica a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento.

Um dos meus principais objetivos é examinar como a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento tem sido utilizada para moldar as estruturas de Estado, impor formas específicas de controle da sociedade civil e delinear um projeto de governo do Brasil. (MOREIRA ALVES, 1985, p. 27).

Ao examinarmos o trabalho proposto por Maria Helena Moreira Alves, notamos de maneira clara a utilização da dialética para "designar este conflito dinâmico pelo qual cada parte da totalidade vê-se transformada e reconstituída pela outra". Conseqüentemente, a finalidade de sua análise é constatar que o Estado brasileiro e suas estruturas sofreram um processo de progressão a partir das ações advindas das pressões da oposição organizada.

A cientista política Argelina Figueiredo, em elaboração intitulada "*Democracia ou reformas*" (1993), procura atentar para o protagonismo de sujeitos históricos antes marginalizados, como o caso do Poder Legislativo e da Presidência da República. Ao analisar essas esferas da política nacional, atribui-se a estes a culpabilidade da crise que levara ao rompimento institucional de 1964. Por isso sua obra refuta a tese Wanderley Guilherme dos Santos, de caráter estritamente deterministas e economicistas.

Tempos depois, mais especificamente na década de 1990, surgem, com grande originalidade no campo dos trabalhos sobre a temática da ditadura, as importantes colaborações de Maria Celina D'Araújo e Gláucio Dillon Soares. Fragmentada em três volumes (O golpe, A repressão, A abertura), a coletânea *A memória militar sobre...* traz como destaque o conceito de "utopia autoritária". A relevância desse trabalho se dá no aspecto de que pela primeira vez pesquisas acadêmicas davam voz aos atores golpistas, sujeitos sociais até então secundarizados pela memória hegemônica de resistência à ditadura.

Sustentava-se a percepção de que tanto o golpe quanto a ditadura teriam sido processos de reação à crise sistema política anterior, tendo as Forças Armadas brasileiras um papel fundamental naquele momento. Para muitos naquele momento o exército era a “reserva moral” contra a corrupção e subversão. Estes se sentiam incumbidos de uma missão histórica de dar fim à exiguidade institucional.

A partir da reflexão acerca desta tese, chegamos à conclusão de que a ideia endossada por essa parcela dos atores sociais da ditadura era justamente a de traçar um paralelo entre o regime autoritário, ação do grupo “linha dura” e o caráter radical de ação dos setores oposição ao estado de exceção. Conclui-se que a deposição de Goulart objetivava resgatar o regime democrático e a legalidade das instituições.

Ainda na área da Ciência Política, mas adotando uma leitura diferente das reflexões expostas anteriormente, destacamos os trabalhos de Octávio Ianni (*O colapso do populismo no Brasil*, 1971), Fernando Henrique Cardoso (*O modelo político brasileiro e outros ensaios*, 1979) e Guilherme O'Donnel (*Tensões no Estado autoritário-burocrático e a questão da democracia*, 1982). De forma sucinta, estas três contribuições procuraram analisar o contexto pré-golpe e também a ditadura subsequente através de um olhar díspar. Em notas gerais, a destituição de Jango representava o apogeu da crise do modelo agroexportador brasileiro.

Em vista disso, inferimos que os modelos de desenvolvimento e acumulação de capital formaram, em colaboração com o capitalismo estrangeiro, uma alternativa de desenvolvimento diferente da conciliação de classes característica do "populismo". Por essa razão, fazia-se necessária a coalizão entre dois fundamentos primordiais: industrialização e autoritarismo. As classes dirigentes viram nas gestões políticas ditatoriais um caminho para reorganizar o capitalismo brasileiro.

1.3. As Leituras Marxistas

As décadas de 1960 e 1970 viram a enorme difusão do marxismo teórico dentro das universidades de todo o Brasil. A propagação desta linha teórica entre muitos membros do corpo de intelectuais brasileiros se deu em virtude da necessidade, dentro do contexto de resistência à ditadura, de uma demarcação ideológica que prestigiasse uma leitura de mundo a partir da luta de classes.

Penetrando no campo das erudições históricas materialistas com vistas sobre o golpe de 1964 e a Ditadura, temos respeitáveis considerações advindas dos trabalhos de

grandes pesquisadores como Nelson Werneck Sodré e Jacob Gorender, duas figuras renomadas dos estudos históricos materialistas no país. O primeiro, em sua famosa obra *História militar do Brasil* (2010), e o segundo com o livro intitulado *Combate nas trevas - A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada* (1987).

Historiador de formação e marxista por opção ideológica além de ter sido por muito tempo membro do Partido Comunista Brasileiro, Jacob Gorender explana acerca dos momentos de maior efervescência política da década de 1960 enfatizando a ação das esquerdas, movimentos sociais e classe trabalhadora. Sua famosa pesquisa identifica erros e acertos cometidos pelas esquerdas brasileiras durante a conjuntura pré-golpe de 1964 e até durante a ditadura também.

Uma das principais críticas estabelecidas por Gorender se dá à figura do então presidente João Goulart. Para o historiador, Jango, não levando em consideração sua orientação política pessoal, priorizou preservar a ordem burguesa estabelecida até então como tal, sem uma reação à altura para o golpe ali tramado. Para ele, Goulart evadiu de um grande confronto. Uma importante fala de seu livro corrobora com esta leitura:

Tornou-se corrente na literatura acadêmica a assertiva de que, no pré 64, inexistiu verdadeira ameaça à classe dominante brasileira e ao imperialismo. Os golpistas teriam usado a ameaça apenas aparente como pretexto a fim de implantar um governo forte e modernizador (GORENDER, 1987, p. 66).

Adotando uma linha oposta de pensamento, o militante comunista credita a este tipo de entendimento um caráter positivista e superficial. Gorender afirma que a primeira metade da década de 1960 tornara-se o ápice do embate de classes no Brasil. A classe trabalhadora estava politizada e isso de certa forma amedrontava os segmentos privilegiados da sociedade e conseqüente se transformara em um forte ameaça à estabilidade institucional da ordem burguesa no país.

Com o apoio dos que defendiam a manutenção da propriedade privada e da força repressora do Estado, a ala golpista da direita brasileira, temendo a germinação de uma situação revolucionária nos primeiros meses de 1964, agiu em partido dos setores dirigentes dominantes do imperialismo, realizando uma ação, que segundo Jacob Gorender, nada mais era que uma contrarrevolucionária preventiva.

Gorender acaba por consolidar dois tipos de leituras que se complementam e procuram refletir sobre as bases que influenciaram na destituição do então presidente de João Goulart e a instauração de uma ditadura no país. Estas interpretações são as de que o estágio

decisivo em que se encontrava o capitalismo brasileiro, assim como o caráter profilático e contrarrevolucionário da ação, considerando reais às ameaças revolucionárias das esquerdas.

Enquanto isso, Nelson Werneck Sodré, militar e historiador de orientação também marxista, tece importante colaboração para a historiografia sobre a ditadura, ao estabelecer uma análise cuidadosa da esfera militar nacional desde o período Imperial. Para o autor de *História Militar do Brasil* (2010), à medida que o presidente Goulart apontava para um caminho de alargamento do sistema democrático brasileiro, tendo nas reformas de base sua expressão maior, o projeto conspiratório ganhava bases sociais do tipo conservadora.

O fantasma do comunismo, as queixas de corrupção e suspeita incapacidade administrativa de João Goulart, além da radicalização em todos os lados do espectro político, como afirma Werneck Sodré, foram elementos justificáveis para o rompimento institucional tutelado pelas classes dominantes de nosso país, como pode ser visto nesta passagem:

O radicalismo pós-golpe de 1964 foi bem maior do que o radicalismo do processo político brasileiro anterior ao 31 de março. Os expurgos, prisões e torturas foram mais agressivos que os discursos, agitações, comícios e outras demonstrações anteriores ao golpe vitorioso. (WERNECK SODRÉ, 2010, p. 467).

Ao classificar esse segmento conservador de nossa sociedade de "componentes do atraso", Nelson Werneck Sodré indica que as reformas levariam o Brasil a um importante progresso e que essas bandeiras do conservadorismo travaram intensa luta de todas as maneiras possíveis a fim deter o crescimento da consciência nacional em defesa de reformas estruturantes em vários âmbitos da política e economia.

1.4. A Corrente Revisionista Brasileira

O início da década de 1990 marcou o fim da famosa “Guerra Fria” e também o início da fase mais intensa do neoliberalismo. Concomitantemente, dentro do campo da historiografia brasileira acerca da ditadura, passou a existir um avanço e difusão de produções históricas que visavam estabelecer uma releitura acerca da História do Brasil Contemporâneo. Essas investigações adotavam agora uma linha de crítica ao comportamento principalmente das esquerdas de modo geral.

Essa corrente da historiografia nacional, com o decorrer dos anos, passou a ter grande aceitação dentro dos espaços de mídia impressa e audiovisual. Colunas em grandes jornais e revistas, programas de rádio e televisão, nos dias atuais é muito comum ouvir e assistir historiadores revisionistas. O centro de análise dessas produções sem sombra de

dúvidas é o papel das esquerdas durante a conjuntura pré-golpe, mas também acerca da habilidade política de Jango e da ação da luta armada em resistência ao regime ditatorial.

Analisando a historiografia revisionista, pode-se assinalar que ela, de modo predominante, traz leituras que visam equiparar esquerda e direita no que se refere ao apelo antidemocrático. Independente do espectro político, havia por grande parte da sociedade brasileira, uma forte tendência ao rompimento do processo democrático do país. Com isso, cabe destacarmos nas próximas linhas importantes trabalhos que fazem parte desse movimento da historiografia nacional.

Demian Bezerra de Melo, historiador e professor da Universidade Federal Fluminense, foi um dos primeiros a dissecar essa corrente revisionista. Ele, através do trabalho intitulado “*O golpe de 1964 e meio século de controvérsias e o estado atual da questão*”, publicado em 2013, na edição 16 da revista *História e Luta de Classes*, destila importante reflexão acerca dos trabalhos de viés revisionista. Faz profundas críticas a autores como Argelina Figueiredo, Daniel Aarão Reis Filho, Jorge Ferreira e Marco Antonio Villa, coincidentemente, grandes expoentes da operação revisionista atual.

Um dos focos da operação revisionista é a forte crítica endereçada ao trabalho do Uruguaio René Armand Dreifuss e de sua obra *1964: a conquista do Estado* (1981). A obra deste pesquisador é reflexo de uma vasta pesquisa sustentada por um arcabouço documental e teórico sem igual e que lança olhares sobre a atuação do segmento empresarial da sociedade civil brasileira, parcela esta que atuou de maneira sistemática na campanha de desestabilização do governo de Jango Goulart.

Conforme afirma Daniel Aarão, a pesquisa de René Dreifuss apresenta uma "superestimação" nos mecanismos de atuação de dois importantes aparelhos privados de hegemonia que eram o IPES e IBAD. Para o autor, a direita brasileira se comportou àquela época de forma reativa às ações ditas "radicais" das esquerdas. Este tipo de análise corrobora a visão de que o exercício arbitrário por parte dos golpistas e ditadores nada mais foi que uma resposta à irresponsável postura de Goulart aos movimentos sociais e aos membros da esquerda.

Ainda no campo revisionista da historiografia sobre a ditadura, temos fortes ressalvas ao papel do Partido Comunista Brasileiro naquele contexto. Esse partido apresentava certa desconfiança no cenário nacional, em virtude de uma possível intenção, ou melhor dizendo, predisposição revolucionária. Essa assertiva, levando em consideração outros

trabalhos, acaba se tornando contraditória, porque para muitos da esquerda, o PCB se portou de maneira discreta no momento em que o golpe era executado.

Outra figura de destaque nesse ramo da historiografia sobre a ditadura é o historiador Marco Antonio Villa. Para o professor da Universidade Federal de São Carlos e autor de *Jango: o perfil* (2004), existia tanto na direita quanto na esquerda, um desejo golpista e antidemocrático. Seu trabalho afirma que não havia naquele momento uma valorização dos preceitos advindos da democracia. Contudo, ele não deixa de ressaltar que realmente determinados sujeitos históricos se empenharam mais que outros no processo de elaboração de um projeto de tomada e remodelagem do Estado brasileiro.

Jorge Ferreira, professor e pesquisador do curso de História da Universidade Federal Fluminense, notável nome da literatura revisionista, tem profundo destaque nos estudos de temáticas que enfatizam o Trabalhismo e o Populismo dentro da política brasileira. Segundo Ferreira, parcelas significativas da sociedade brasileira vivenciaram o acirramento dos ânimos entre a esquerda e direita no país.

Atestado a visão hegemônica da corrente revisionista acerca do golpe de 1964 e da ditadura subsequente, Jorge Ferreira, assim como outros pesquisadores deste campo, credita a causa do rompimento democrático ao arrefecimento de João Goulart e, principalmente, ao radicalismo de movimentos sociais, de grupos e partidos de esquerda.

Segundo o professor da UFF, a postura da esquerda brasileira naquelas circunstâncias foi predominantemente radical, intolerante, sectária, além de se portarem de forma revolucionária e de característica abnegação à democracia. Mais uma vez o comportamento das esquerdas, lê-se CGT, baixa oficialidade militar, Ligas Camponesas, agremiações estudantis (UNE) e até mesmo figuras como Leonel Brizola e Miguel Arraes, era apontado como justificativa a uma reação da direita.

A reflexão que podemos ter acerca da operação revisionista dentro da historiografia sobre o golpe ditadura é de que, dentro das circunstâncias políticas da década de 1960, a maioria dos atores políticos de grande repercussão apresentavam objetivos antidemocráticos. Logo, assim, tanto à esquerda (PCB, Brizola, as Ligas Camponesas, CGT, UNE, sindicalistas, progressistas, nacionalistas, militares subalternos) quanto à direita ("linha dura", liberais, conservadores, direita civil, empresários), levando em consideração a opinião hegemônica da literatura revisionista, havia forte desejo de alcance do poder fora dos limites constitucionais.

Pode-se concluir, tendo em vista a exposição feita até então, que existe dentro da historiografia sobre a temática um processo de evolução teórica. É sabido que durante anos, principalmente no início dos anos 2000, a elaboração e adoção do termo "civil-militar" representou notório avanço para as discussões acerca do golpe e da ditadura. Em vista disso, alguns conceitos como "ditadura militar" ou "regime autoritário", nos dias de hoje, apresentam forte defasagem teórica e para muitos são até ultrapassados.

A defesa do conceito “civil-militar”, embora tenha representado um avanço dentro da historiografia, acabou levantando questões referentes ao seu uso, bastante difundido na obra de Dreifuss. Esse termo passou a ser empregado por revisionistas na tentativa de forjar um consenso em torno da participação massiva de civis na composição do golpe, diferente do que é visto na vasta obra do historiador uruguaio, onde explicita de maneira clara quem são os civis a que ele se refere.

Assim sendo, o conceito “civil-militar” estaria servindo à estratégia dos próprios militares. Nesse sentido, é importante demarcar um posicionamento dentro da historiografia. A utilização do termo “empresarial- militar”, também de Dreifuss, deixa claro que essa fração da classe dominante foi essencial na conquista do Estado e também na condução da Ditadura que seguiu ao golpe.

Portanto, a leitura revisionista só reforça a tentativa de uma relativização do período, muito em função da ação dos próprios militares na tentativa de interpretar os acontecimentos de maneira que permita uma leitura no sentido da participação da sociedade num acontecimento restrito a poucas camadas da sociedade.

1.5. O Conceito "Empresarial-Militar" e o combate ao Revisionismo

Dentro da historiografia vários autores começaram a trabalhar numa perspectiva diferenciada das leituras revisionistas, calçadas numa vasta pesquisa documental com forte aspecto no que tange a teoria e metodologia, essas destoam do tom empregado nas que visam relativizar o período. Balizadas no conceito “empresarial-militar”, essas contribuições ao mesmo tempo, ajudam no enfrentamento às abordagens rasteiras dos acontecimentos da nossa história recente.

Sem dúvida o trabalho precursor nessa perspectiva é o do de René Dreifuss intitulado *1964: A Conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe* (1981). Sua leitura trata do destaque dado ao protagonismo exercido pela classe burguesa, expressada em sua essência pelo capital multinacional e associado. Esta fração de classe, inserida dentro da

sociedade civil, teve ação direta no golpe e na ditadura, ao fazer dos meios de comunicação e, principalmente do complexo IPES-IBAD atuando como aparelhos privados de hegemonia⁷. Essa passagem nos dá uma clara noção do processo de construção de um consenso em torno da destituição de Goulart:

A elite orgânica, por meio de seu Grupo de Opinião Pública, e o Grupo de Doutrina e Estudo de São Paulo, mostrava-se bem dinâmica na rádio e televisão, onde a máxima cobertura era dada a seus militantes, bem como apoio às suas atividades e ideias. Através da mídia audiovisual organizava um extraordinário bombardeio ideológico e político contra o Executivo. (DREIFUSS, 1981, p. 244).

Esses autores seguem a linha de interpretação de que a fração da classe burguesa que tomou o Estado era composta principalmente por tecno-empresários ligados ao capital nacional e multinacional associado. O primeiro trabalho a ser explorado é o da pesquisadora, Marina Spohr. Em “*A relação empresarial-militar entre Brasil e Estados Unidos no golpe de 1964*” (2012), a autora discute a forte ligação do empresariado com as Forças Armadas, para tanto, se utiliza de vários documentos mostrando a proximidade de empresários que tinham trânsito livre com a alta oficialidade das Forças Armadas e também com o executivo dos Estados Unidos.

Corroborando com a tese de René Dreifuss acerca do protagonismo desempenhado pelo complexo empresarial IPES-IBAD na campanha de desestabilização do governo Jango, Martina Spohr, municiada por documentos (cartas) pessoais adido militar norte-americano no Brasil, Verno Walters, evidencia a aliança da classe burguesa com esfera militar. Segundo suas pesquisas, era notória a estreita relação entre a alta oficialidade brasileira e o membros do alto escalão do governo dos Estados Unidos, como o embaixador Lincoln Gordon.

Esse tipo de investigação traz luz ao forte caráter liberal que a política internacional do governo brasileiro deveria ter após a deposição de Goulart. Sem dúvida, importante parcela civil da sociedade, representada pela classe empresarial, em consonância com o capital estrangeiro, mais especificamente os Estados Unidos, necessitava de um

⁷ Para Gramsci, Hegemonia pode ser entendida como um direcionamento moral, político, cultural e intelectual revestido de coerção, representando a dominação de uma classe ou fração de classe através da primazia cultural e político-ideológica sobre outras classes ou grupo de classes. Ao compreendermos as formulações teóricas de Antonio Gramsci em torno do conceito de Hegemonia, destacando os "Aparelhos Privados de Hegemonia" e os "aparelhos coercitivos do Estado", notamos que a sociedade civil constitui-se enquanto espaço de hegemonia das classes dirigentes e dominantes. Ao mesmo tempo, e em movimento contrário, existem estratos sociais que buscam estabelecer seus projetos contra hegemônicos, rompendo com a dominação cultural, ideológica, política e econômica. Os aparelhos privados de hegemonia podem ser caracterizados Igreja, sindicatos, partidos políticos, sistema educacional, meios de comunicação, empresas, organismos civis e científicos. Ver Cadernos do Cárcere, Volume 3, Editora Civilização Brasileira, 2015.

respaldo coercivo para impor duas diretrizes dentro do aparelho estatal. Portanto, a classe burguesa, segunda a pesquisadora do CPDOC, tinha a necessidade de se aliar com as Forças Armadas para garantir êxito no seu processo de tomada do Estado.

Outro autor que trabalha nessa linha, Fábio Konder Comparato, em trabalho intitulado *Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro* (2014) aborda que um dos elementos do golpe e conseqüentemente da ditadura foi a ruptura dos setores empresariais, latifundiários e setores políticos, a burguesia não via mais na figura política de Jango e seu governo uma alternativa para a desenvolvimento de sua atuação na sociedade.

A radicalidade, característica dos atores políticos da época, sejam eles à esquerda ou à direita, segundo o professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, levou o Brasil a romper com uma tradição política de conciliação das classes. A explicação disto talvez se deva pelo fato de grande parte da classe média brasileira encontrava-se alinhada ao discurso reformista representando forte ameaça ao status quo.

O recurso ao aparato coercivo das Forças Armadas, como defende essa corrente da historiografia e, como corrobora Fábio Konder, representou justamente uma ação de tentativa, exitosa, de manter a hegemonia burguesa através de privilégios sociais, políticos e econômicos, como se pode notar no trecho abaixo:

Era natural, nessas circunstâncias, que os grandes proprietários e empresários, nacionais e estrangeiros, temessem pelo seu futuro em nosso país e se voltassem, agora decididamente, para o lado das Forças Armadas, a fim de que estas depusessem os governantes em exercício, substituindo-os por outros, associados aos potentados privados, segundo a velha herança histórica. (COMPARATO, 2014, p. 8).

O forte posicionamento político tanto da direita quanto da esquerda fizeram com que a burguesia temesse pela perda do controle que exercia na economia. Outro fator de desestabilização seriam as reformas de base, defendidas por parte significativa da classe média, que poderiam dar fim a hegemonia exercida pela burguesia nacional.

Em virtude da possibilidade de grande mudança no comando do país caso as reformas fossem implantadas, a fração da classe dominante alinha-se as Forças Armadas para assim derrubar o presidente eleito e o regime democrático, a fim de garantir as permanências necessárias e reformular mudanças dentro do Estado que favorecessem as classes empresariais.

Ainda no campo da historiografia de defesa da concepção “empresarial-militar”, analisamos trabalhos que deslocam um pouco os seus centros de análises. Um exemplo clássico é a pesquisa da historiadora e professora Virginia Fontes, da Universidade Federal do

Rio de Janeiro. Sua reflexão se concentra na década de 1960, no chamado capital-imperialismo⁸. Aquele momento ficou marcado pela mudança da classe dirigente dentro do espectro hegemônico da burguesia brasileira. As grandes oligarquias ruralistas nordestinas perdiam espaço para os industriais do sudeste.

Alguns elementos foram primordiais para que se acendesse o alerta de perigo nas classes dominantes por todo o país. A clara e ascendente politização dos trabalhos e também as primeiras ações reformistas de Goulart (expropriações primárias e secundárias) ameaçavam a excessiva concentração de capitais nas mãos de poucas pessoas. Tendo em vista essa situação emblemática, acabou existindo no seio dos setores dirigentes uma extrema necessidade de reorganização da exploração capitalista no Brasil.

Destarte, a escolha por uma condução da política e da economia de forma autoritária e ortodoxa expôs o novo estágio em que se encontrava a exploração e acumulação capitalista a partir de abril de 1964. Havia, a partir daquele momento, um governo que aceitava “apenas escassos elementos de incorporação subalterna das grandes massas de população”. Por conseguinte, passava a existir durante aquele período, por parte dos segmentos empresariais e conservadores da sociedade, um profundo intento de barrar os avanços sociais e políticos em prol de uma maior concentração de riqueza e poder.

Dentro do campo de análises que voltar suas atenções para a participação da classe empresarial na ação de desestabilização do governo Goulart e posteriormente da estrutura burocrática do regime, temos a importante contribuição do professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Renato Lemos. Seu trabalho intitulado “*Contrarrevolução e Ditadura: ensaio sobre o processo político pós-1964*” (2014), aborda a questão do golpe como um processo histórico fruto de uma contrarrevolução que, segundo Arno J. Mayer:

não é um fenômeno de equilíbrio político e econômico ou social. Não surge em sociedades estacionárias e estáveis. Na realidade, a contrarrevolução é um produto e um estimulante da instabilidade, das cisões e da desordem. Viceja quando as forças normalmente conflitantes porém acomodadoras começam a abandonar a política de conciliação. (MAYER, 1977, p. 58 apud LEMOS, 2014, pp. 287-313).

⁸ A noção de *capital-imperialismo* adotada pela historiadora brasileira Virgínia Fontes busca evidenciar um salto de qualidade do imperialismo. Ao dialogar com o conceito de *imperialismo* formulado por Lênin, em sua obra *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*, Virgínia Fontes destaca que a partir dos anos 1990 passou a existir uma remodelagem do sistema capitalista, levando em consideração o seu caráter financeiro. A ideia de capital-imperialismo procura recuperar os conceitos clássicos para explorar um presente forçosamente diverso do período no qual nasceram, mas que representa a continuidade e o aprofundamento da mesma dinâmica do capital. FONTES, Virginia. O Brasil e o capital-imperialismo. Teoria e História. Editora UFRJ, 2010.

Para Renato Lemos, o golpe de 1964 representou um retrocesso aos avanços sociais e políticos das classes menos favorecidas, tanto é que ele classifica esse período pós-golpe como "contrarrevolução terrorista":

Depois do golpe, a contrarrevolução assumiu, no período de 1964 a 1974, a feição de terrorismo de Estado, visando derrotar o movimento de massas, o nacionalismo civil e militar, o comunismo e o populismo. A dominação de classe se fez, prioritariamente, amparada no aparato repressivo estatal, por meio de métodos violentos em geral, mas com destaque para as prisões clandestinas e a prática de torturas (LEMOS, 2014, p. 130).

Concluimos, portanto, que a tese de Renato Lemos reitera uma questão importantíssima: a da chamada contrarrevolução. Segundo ele, essa categoria destaca o elemento que conecta os tempos, ou seja, percebendo a história política brasileira (história da luta de classes) na “longa duração”, a frágil democracia brasileira, vítima de um golpe de estado em 1964 é um ponto que se articula diretamente com as lutas de classes no âmbito do sistema capitalista mundial. Logo, a partir da revolução socialista na Rússia, em 1917, passou a existir uma forte tendência à preservação dos privilégios trazidos pelo sistema capitalista desde a Revolução Francesa, momento que a burguesia assume a hegemonia no mundo ocidental.

É extremamente caro ao campo dos embates teóricos acerca da visão do que foi o golpe e a ditadura, corroborar com a corrente que privilegia as análises advindas da leitura de René Dreifuss acerca do caráter comprovadamente classista do que foi o processo de desestabilização do governo João Goulart. A deposição do então presidente democraticamente eleito, mesmo que na condição de vice, durante o pleito de 1960, não se constituiu como um processo histórico executado apenas pelos militares, nem sequer, como muitos ainda defendem, como uma adesão "civil", sem preocupação em delimitar que segmentos civis agiram diretamente nesse processo.

Consideramos que o termo "empresarial-militar", diante das renovações conceituais e teóricas da historiografia sobre a história do Brasil republicano, melhor caracteriza um regime que procurou sufocar os avanços sociais e políticos da classe trabalhadora, através de duras medidas repressivas em todas as instancias, em prol da consolidação de um novo padrão de acumulação de capital totalmente concentrador de renda e de impedimento de profundas propostas reformistas no seio de nossa sociedade.

CAPITULO 2 - IMPRENSA, ANTONIO GRAMSCI E A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: PERSPECTIVAS TEÓRICAS.

2.1. O Uso da Imprensa em Destaque

O ofício do historiador e a escolha de suas fontes e objetos, como muitos sabem, podem suscitar inúmeras querelas no que se refere ao exercício da escrita da história. Por muitos anos, dentro do campo historiográfico, pensou-se a investigação histórica alicerçada apenas em documentos oficiais, pois estes asseguravam ao trabalho do historiador seu traço de objetividade investigativa e cientificidade.

Paralelamente à consolidação das teorias e metodologias da História dentro dos espaços de demarcados de atuação, importantes mudanças surgiam na sociedade como um todo trazendo importantes alterações na prática historiográfica. O surgimento da imprensa escrita e da sua enorme difusão na transição do século XIX para o XX fez com que o pesquisador revisasse seu entendimento sobre suas fontes. Passava a existir uma ampla variedade de arquivos que serviriam de embasamento documental para a escrita da História.

Atualmente, sabemos que os jornais constituem-se enquanto fontes primordiais para o fazer historiográfico, diferentemente do século XIX, período em que a noção hegemônica era justamente a de que os impressos jornalísticos nada mais eram que escrituras irrelevantes para a reflexão sobre o passado. Trazendo para a realidade nacional, é preciso destacar três elementos fundamentais de contribuição para a historiografia: "a consciência da imprensa como tema de investigação, a produção bibliográfica daí decorrente e a preocupação com a criação dos cursos de jornalismo" (IPANEMA, 2008, p. 443).

O processo de renovação temática e metodológica tem estreita relação com o advento da Escola dos Annales. A terceira geração desse movimento propôs novos questionamentos, abordagens e metodologias de análise histórica. Além da interdisciplinaridade, representada pelo diálogo com outras áreas como a Filosofia, Sociologia, Ciência Política e Antropologia, a utilização jornais como fonte também ganhava muito espaço na condução do trabalho do historiador do século XX.

A difusão dos estudos culturais, tendo como foco o abandono da macro-história, representava nada mais que o alargamento do campo histórico e das renovações temáticas, ensejando proveitosas e inovadoras leituras por parte dos historiadores acerca da visão sobre o que agora seria o documento. Consonante a esse movimento, tem-se a renovação trazida pelo

marxismo teórico, tendo como principais expoentes Eric Hobsbawm, Perry Anderson e Raymond Williams.

A atuação tanto da Escola dos Annales, na França, quanto da *New Left Review*, na Inglaterra, acabaram por deslocar, ao longo do século XX, o eixo de análise histórica. Pós Segunda Guerra Mundial, historiadores pelo mundo passaram a elaborar uma produção focada em outros referenciais, a chamada “história vista de baixo”.

Neste sentido, é importante destacar o papel primordial das fontes jornalísticas no que se refere ao processo de elaboração do conhecimento histórico. Algumas referências teóricas são extremamente caras ao exercício de revisão teórica deste trabalho cuja análise parte da visão de um dos principais jornais do Estado do Maranhão durante o início da ditadura empresarial-militar no Brasil.

Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado (1974) afirmam que as fontes impressas produzem eficazes resultados no que tange à produção historiográfica. Antes tidos e vistos como elementos secundários de arcabouço documental, os jornais apresentam, segundo as autoras, subsídios necessários de identificação de intervenção social e manipulação em prol de determinados projetos.

É inegável que a utilização dos jornais como fonte documental é de grande relevância para o estudo da História do Brasil contemporâneo. Tânia Regina de Luca, no seu trabalho intitulado *História dos, nos e por meio dos periódicos* (2008), versa que o papel desempenhado pelos periódicos, em qualquer tempo histórico, mais especialmente em períodos de regime autoritário, como a Ditadura Empresarial-Militar nascida em 1964, tem influências nos principais dilemas contemporâneos.

Como podemos notar, Tânia Regina de Luca traz uma louvável contribuição acerca da historicização dos impressos:

Condições materiais e técnicas em si dotadas de historicidade, mas que se engatam a contextos socioculturais específicos, que devem permitir localizar a fonte escolhida numa série, uma vez que esta não se constitui em um objeto único e isolado. Noutros termos, o conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação na história da imprensa, tarefa primeira e passo essencial das pesquisas como fontes históricas. (DE LUCA, 2008, p. 139).

A materialidade dos impressos, as técnicas de impressão e o lugar social da imprensa são, para a pesquisadora Tânia de Luca, elementos metodológicos que têm orientado o manejo dessas fontes, reverberando na produção de futuras pesquisas com diferentes eixos temáticos, recortes temporais e aspectos teóricos. A partir disto, cabe ao historiador refletir acerca dos discursos ali ditos e não ditos pelos jornais.

Em determinado momento, quando um periódico seleciona uma temática, através de seu ordenamento, estruturação e, sobretudo, narrativa, expõe ao historiador seu conteúdo, público alvo e até mesmo orientação ideológica. Portanto, o investigador histórico, no exercício de análise de uma notícia, estipula a meta de apontar as razões pelas quais o meio de comunicação em questão optou por relatar tal assunto. Tânia de Luca afirma que “a ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir”. (DE LUCA, 2008, p. 140).

Algumas orientações são de suma importância para uma exitosa elaboração histórica advinda de reflexões estabelecidas a partir dos jornais enquanto arcabouço documental. Com objetivo de facilitar a pesquisa histórica com jornais, é preciso antes de tudo localizar a fonte em alguma instituição de pesquisa, arquivos e bibliotecas públicas ou privadas, como também nas próprias sedes dos meios de comunicação na qual estejam devidamente acondicionadas. Além disso, é necessário averiguar as condições de consulta e manuseio destas fontes; atentar para sua periodicidade; e, por fim, esmiuçar todo o material de acordo com a problemática elegida.

No que se refere à problemática dos jornais, enquanto fonte documental para a pesquisa histórica, deve-se ressaltar a sua importância na proposição de análises acerca das particularidades históricas do Maranhão - em relação ao posicionamento institucional do Jornal Pequeno nos primeiros seis meses pós golpe e na decretação do Ato Institucional nº 1, cujos desdobramentos foram caracterizados e classificados como "operação limpeza". Isso nos trará notáveis contribuições para o entendimento da dinâmica política estadual, deslocando o eixo de análise do centro-sul para a realidade local.

2.2. História do Tempo Presente e suas Discussões Historiográficas

No que se refere aos estudos históricos acerca do golpe de 1964 e da Ditadura Empresarial-Militar, temos uma questão teórica de fundamental importância para subsidiar este trabalho. O ponto de destaque nesse momento é a chamada História do Tempo Presente, para muitos uma categoria ainda muito obscura. Tendo em vista uma melhor elaboração advinda dos estudos dessa categoria teórica, temos uma importante definição de Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho, acerca do que seria chamada História do Tempo Presente:

A possibilidade de estudar o tempo presente instiga e muitas vezes apaixona quem dela faz uso, pelo próprio contato com a vivacidade das fontes e seus desafios. Deve-se encarar o fato da realização deste tipo de história não apenas como algo sem finalidade, porém, entender que existe uma função social neste fazer, afinal, dar voz àqueles negligenciados muitas vezes pelo tipo de tradição em que se encontravam os historiadores, é, antes de mais nada, uma missão. É de certa forma, algo que chama a atenção para que seja evidenciada e ressaltada a importância do estudo do tempo presente que pode, e tem poder para isso, contemplar lugares dantes desconhecidos. (MACHADO, 2010, p. 04).

Podemos assegurar, a partir do que foi dito pelo pesquisador, que para Maranhão Filho a “história do presente englobaria os últimos cinquenta e sessenta anos” e que esta ainda está por se construir exigindo um cuidado maior do historiador com suas fontes. Destarte, o:

pesquisador deve estar bem atento à grande massa de documentos disponíveis, e que esta profusão de fontes exige do historiador uma seleção acurada, com repúdio e hierarquização contundentes, se fazendo mister esse ofício rigoroso. (MARANHÃO FILHO, 2009, p. 151).

O historiador britânico Eric Hobsbawm oferece uma louvável contribuição para os pesquisadores que se propõe a estudar a história dos anos mais recentes. Motivados a estabelecer uma investigação histórica de um determinado tema, a partir de determinada fonte, tais pesquisadores tem, antes de tudo, que atentar para as mudanças ocorridas no mundo nesse intervalo de tempo, como podemos conferir no trecho abaixo:

E, para aqueles que querem escrever a história do século XX, uma das mais importantes reside no simples fato de saber, sem nenhum esforço especial, o quanto as coisas se modificaram. Os últimos trinta ou quarenta anos foram os mais revolucionários da história. O mundo, ou seja, a vida dos homens e mulheres que vivem na Terra, nunca foi transformado de maneira tão profunda, dramática e extraordinária dentro de um período tão curto. (HOBSBAWM, 1995, p. 107).

Podemos perceber que a leitura do intelectual inglês muito se aplica aos estudos voltados para história republicana brasileira, e em especial do Maranhão, proposta deste trabalho de conclusão de curso. Construir um produto histórico referente ao posicionamento do Jornal Pequeno acerca do golpe de 1964 e dos primeiros meses da Ditadura Empresarial-Militar no Brasil, muito tem a ver com os percalços que aparecem no caminho dos pesquisadores de objetos como este.

A História do Tempo Presente exige um manuseio minucioso dos discursos a serem produzidos e analisados, pois algumas questões abordadas em formulações posteriores poderão suscitar questionamentos pertinentes, haja vista que muitos atores políticos ainda estão vivos e, de certa forma, participando dos embates em torno da memória coletiva acerca do golpe e da Ditadura Empresarial-Militar.

Ao lidarmos com problemáticas do nosso cotidiano, a partir de trabalhos com temáticas polêmicas, é de suma importância atentar para o entendimento pleno desse momento ímpar para a História Contemporânea nacional, tendo ainda como eixo central o exame do que realmente foi o golpe e da Ditadura Empresarial-Militar sob a ótica da imprensa escrita maranhense.

Nunca é, e jamais será, um ato secundário escrever ou estudar o que se vive, para isso o próprio historiador tem e deve abrir mão de seus interesses pessoais. O pesquisador do Tempo Presente, a partir de suas premissas teórico-metodológicas, deve demonstrar a sua sociedade a responsabilidade que é construir uma historiografia de um período cronológico tão próximo ao que vivemos atualmente.

2.3. Fundamentação Teórica: Conceitos de Antonio Gramsci

Ainda como importante subsídio teórico desta pesquisa, temos as elaborações do filósofo italiano Antonio Gramsci. Seus pressupostos, construídos ainda na primeira metade do século XX, deram um novo fôlego ao marxismo contemporâneo. Conceitos como Hegemonia, Sociedade Civil, Sociedade Política, Estado Ampliado, Intelectual Orgânico e Partido ajudam de forma sistemática a se pensar novas alternativas teórico-metodológicas acerca do protagonismo da imprensa escrita na construção de consensos e dissensos dentro da sociedade.

Gramsci produz seus principais conceitos através de exercício dialético de pontual interferência no contexto político do início do século XX, mais especificamente na Itália pré-fascismo de Benito Mussolini. Diferentemente do contexto vivido por Karl Marx, ainda no século XIX, o militante sardo desenvolve sua hipóteses num ambiente de abrangência das ações estatais, ou seja, o Estado já era uma estrutura muito mais complexa e atuante dentro das relações políticas e econômicas do ocidente.

Essa ampliação do raio de ação do Estado dentro das sociedades ocidentais traz também uma outra leitura importante advinda do trabalho de Gramsci. Sem dúvida, de forma paralela ao crescimento do poder estatal, passava a existir também uma nova forma de organização das classes trabalhadoras. Essa nova roupagem de atuação do proletariado se dava agora sob a forma de partidos políticos eleitorais, grandes entidades sindicais, de uma imprensa voltada para os interesses das classes trabalhadoras e, principalmente através da existência de parlamentos que poderiam ser constituídos agora por votação direta e universal.

Essa nova esfera social “dotada de leis e de funções relativamente autônomas e específicas, tanto em face do mundo econômico quanto dos aparelhos repressivos do Estado” (Coutinho, 1989, p.75), chamada por Antonio Gramsci de “Sociedade Civil”, apresentava-se agora como reflexo direto da intensificação dos processos de socialização e participação política da classe operária. Os primeiros anos do século XX foram marcados pelo o avanço político de novos grupos e classes sociais, o que exigia novos mecanismos de dominação das classes e frações de classes dominantes.

A categoria teórica “Sociedade Civil” aperfeiçoada por Gramsci contribuiu de maneira extremamente positiva para o materialismo histórico, enriquecendo a teoria marxista sobre o Estado e ratificando seu caráter classista. Isto posto, o aparelho estatal constitui-se em sentido amplo, comportando duas grandes esferas: a Sociedade Civil e seus organismos "privados", que para Gramsci podem ser a Igreja, os meios de comunicação, os partidos políticos, as associações de classe e até o sistema educacional, responsáveis pela processo de formulação e difusão de ideologias; e a Sociedade Política, o Estado em seu sentido mais restrito, dotado de meios coercitivos como a burocracia, a polícia, o exército e o sistema jurídico.

Além dos conceitos Sociedade Civil e Sociedade Política, Gramsci destaca-se pela formulação de uma nova caracterização da categoria Hegemonia. Este conceito pode ser lido como um direcionamento político, intelectual, cultural e moral. No entanto, essa orientação está revestida de um caráter coercivo, representado pela dominação de uma classe ou fração de classe através da prevalência política, ideológica e cultural sobre outras classes ou grupo de classes.

A partir da “supremacia exercida através do consentimento e da força, da imposição e da concessão, de e entre classes e bloco de classes e frações de classe” (ALMEIDA, 2011, p. 121), reflexo da combinação entre coerção e consenso, a hegemonia é exercida. O processo de desenvolvimento desta é quase sempre fruto do protagonismo político-social de uma classe ou fração de classe. Sendo assim, ao falarmos sobre hegemonia, faz-se necessário retornarmos a Gramsci neste ponto:

O critério metodológico sobre o qual se deve basear o próprio exame é este: que a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa ‘liquidar’ ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também ‘dirigente’ (GRAMSCI, 2002, vol 5, p. 62).

Através da análise dos escritos gramscianos, percebemos que a Hegemonia se constrói dentro da Sociedade Civil, a partir de suas entidades privadas, e acaba se consolidando dentro do Estado Restrito. No entanto, a construção da hegemonia pode ser dada de forma passiva, mediante apoio disperso à fração de classe dirigente e dominante, e também ativa, através de uma adesão coletiva. Ações coordenadas e leituras eficazes dos quadros sociais, políticos e econômicos são de extremamente caros à afirmação classista dentro da sociedade.

As frações de classe dirigente e dominante em determinadas sociedades estabelecem sua hegemonia através de secundárias concessões econômicas às classes dominadas e também mediante busca incessante pelo consenso político, cultural e ideológico. Segundo Gramsci, “dominar” não é igual a “dirigir”: a direção exige determinadas concessões aos grupos subordinados, para que estes “concedam”, por vez indiretamente, e se tornem parte do projeto de dominação de dado grupo ou classe. Este convencimento é estabelecido dentro da sociedade civil a partir dos chamados "Aparelhos Privados de Hegemonia", citados anteriormente.

Os planos superestruturais, formados pela Sociedade Civil e pela Sociedade Política, e seus correspondentes aparelhos, contêm disputas econômicas, políticas e ético-culturais que suscitam o estabelecimento de uma hegemonia momentânea. Aquela classe, grupo de classes ou frações de classes que conseguem se tornar hegemônicas legitimam e universalizam seus modelos de práticas, saberes, modos de representação e autoridade.

Portanto, torna-se claro o quanto oneroso é estabelecer a hegemonia dentro da política, pois este processo demanda a modificação de valores e pontos de vista mediante construção de novas premissas éticas que fomentam o consenso e facilitam o direcionamento ético e político de uma classe ou bloco de classes. Logo, aglutinar apoios e consensos carece de mecanismos e estratégias de persuasão e convencimento.

Conquanto, mesmo quando consolidada, a hegemonia estará sempre vulnerável à contestações, em maiores ou menores graus. Isto posto, surgem, com propósitos contrários, os movimentos contra-hegemônicos. O intento de reverter a ordem vigente que alimenta as ações de contestação, de quebra do consenso, de crise no interior do Estado restrito expõe os embates em torno da ossatura material do Estado.

Segundo Gramsci a contra-hegemonia representa a presença do contraditório, da inquietação naquilo que parecia sólido e estável, além de serem “instrumentos para criar uma nova forma ético-política” (Gramsci, 1999, p. 314-315). Portanto, o propósito principal na

leitura de Dênis de Moraes é modificar a condição de exclusão e marginalidade dos setores da sociedade mais explorados dentro do sistema capitalista, como se nota:

Um dos desafios centrais para o pensamento contra-hegemônico consiste em alargar a visibilidade pública de enfoques ideológicos que contribuam para a reorganização de repertórios, princípios, e variáveis de identificação e coesão, com vistas à alteração gradual e permanente das relações sociais e de poder. (MORAES, 2010, p. 73).

Ao notarmos o que identifica um movimento hegemônico e contra-hegemônico, retornarmos à importância da socialização da participação política oriunda da sociedade burguesa contemporânea. O aparecimento cada vez mais rápido de organismos e instituições autônomas como partidos políticos, grandes sindicatos, associações civis, agências de todas as esferas transformaram a relação indivíduo-Estado.

O poder, que antes se encontrava localizado apenas na Sociedade Política, o "Estado-coerção" gramsciano, agora irradiava para outros segmentos da sociedade, alterando os modos de representação. As entidades de interesses se difundiam também para a Sociedade Civil através das divergentes maneiras de manifestações organizadas, pois neste campo estaria localizado o espaço de luta de classes e busca por hegemonia.

Considerando o sentido dos termos adotados por Gramsci como Sociedade Civil, Sociedade Política e Hegemonia, percebemos uma estreita relação entre tais. Dentro do campo da Sociedade Civil que se desenvolve e se promove a Hegemonia, mediante direção e consenso. Enquanto que, nos termos da Sociedade Política, em seu Estado Restrito, é estabelecida uma dominação a partir do exercício da coerção sobre os setores sociais dominados.

A variação entre essas duas esferas se dá no tocante da materialidade social destas. À proporção que na Sociedade Civil existe a asserção de universalização de um projeto de classe ou de um bloco de classes, mediante os já citados "Aparelhos Privados de Hegemonia", (Igreja, sindicatos, partidos políticos, sistema educacional, meios de comunicação, empresas, organismos civis e científicos) na Sociedade Política o exercício da coerção está profundamente ligado aos portadores materiais dos "Aparelhos Coercitivos" (burocracia, exército, polícia e sistema jurídico).

Para compreendermos com mais êxito este processo de ampliação do Estado através da Sociedade Civil, necessita-se recorrer à contribuição de Carlos Nelson Coutinho aos estudos acerca do tema. Segundo o filósofo político brasileiro, o processo de laicização do

Estado no século XIX teve grande importância no progresso da chamada “privatização” dos dispositivos ideológicos de legitimação.

As revoluções democrático-burguesas, junto do estabelecimento dos primeiros regimes liberais da Europa, influenciaram de forma direta na contingência de que a “ideologia das classes subalternas obtenha a hegemonia no interior de um ou de vários aparelhos hegemônicos e privados” (COUTINHO, 1980, p. 76). Portanto, segundo o ex-professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro:

Os instrumentos ideológicos de legitimação, a começar pelas Igrejas, passam a ser algo "privado" em relação ao "público"; o Estado já não impõe coercitivamente uma religião; e até mesmo o sistema escolar, controlado agora em grande parte pelo Estado, passa a admitir cada vez mais uma disputa ideológica em seu próprio interior. As ideologias, ainda que naturalmente não sejam indiferentes ao Estado, tornam-se algo "privado" em relação a ele: a adesão às ideologias em disputa torna-se um ato voluntário (ou relativamente voluntário), e não mais algo imposto coercitivamente. (COUTINHO, 1989, p. 80).

Ao assimilarmos as elaborações teóricas de Antonio Gramsci em torno da noção de Hegemonia, com importante destaque para os "Aparelhos Privados de Hegemonia" e “aparelhos coercitivos do Estado”, identificamos na sociedade civil um espaço de disputa pela hegemonia das classes dirigentes e dominantes. Paralelamente, e em direção contrária, coexistem setores da sociedade que objetivam promover seus projetos contra-hegemônicos, enfrentando a dominação cultural, ideológica, política e econômica pelo que são submetidos. Neste sentido, Antonio Gramsci concebe o exercício normal da Hegemonia desta forma:

Caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria. (GRAMSCI, 2007, p. 95).

Corroborando com as formulações teóricas em torno do exercício da hegemonia e do Estado ampliado, Gramsci estabelece um elo entre os meios de comunicação, especialmente a imprensa escrita. Para o filósofo sardo, os periódicos jornalísticos são verdadeiros partidos políticos, na medida em que influenciam, com demandas específicas, nas formas de exame dos acontecimentos. Logo, segundo Gramsci, a finalidade dos jornais transcende a esfera ideológica e adentra as determinações econômico-financeiras das empresas de meios de comunicação.

Portanto, os editores responsáveis pela redação dos editoriais, constituindo a opinião do jornal, o posicionamento institucional da empresa de comunicação, em conjunto com as colunas e matérias assinadas por seus funcionários, atua como intelectuais orgânicos, ou seja, elaboraram e promovem a consolidação e nacionalização um projeto de classe ou de

frações de classes. Existe, assim, uma procura pela hegemonia política e social por intermédio da construção de necessidades de uma classe dentro da sociedade civil objetivando o estabelecimento destas enquanto nacionais e dirigentes de todas as outras classes sociais.

As concepções de Gramsci em prol do conceito de Hegemonia têm por propósito refletir acerca dos fundamentos e os métodos que a classe dominante se apropria para obter a concordância ativa das massas através de sua “auto-organização” na Sociedade Civil. A obtenção do poder político e o monopólio legítimo do aparato de repressão do Estado são disposições básicas para uma classe se tornar dominante. Logo, a ação hegemônica é condição medular para o triunfo e preservação desse poder de classe dentro da Sociedade Civil e para o Estado.

Chega-se a conclusão de que o exercício da Hegemonia se constitui enquanto exitosas tentativas de uma classe, frações de classe ou grupo de classes de estabelecerem um direcionamento cultural, moral, político e ideológico. Em consequência dessa orientação existe, por parte do projeto de classe hegemônico, a instauração de uma leitura de mundo classista como universal, dirigindo as necessidades das frações subordinadas. Por conseguinte, em certas situações, a hegemonia conquistada se concretiza no poder dos setores dominantes através da representação, legitimação e autogoverno.

Desse modo, julga-se primordial identificar a importância da investigação dos jornais maranhenses e reconhecer o posicionamento institucional do Jornal Pequeno no que se refere ao pós-golpe de 1964 as primeiras diretrizes do Supremo Comando Revolucionário que tiveram como ápice o Ato institucional, a chamada "Operação Limpeza". Apontar as especificidades históricas do nosso Estado (Maranhão), rompendo com a visão hegemônica das produções históricas do eixo sul-sudeste, torna-se meritório para a construção da história republicana maranhense.

CAPITULO 3 – AI-1: A “OPERAÇÃO LIMPEZA E ANÁLISE DO JORNAL PEQUENO”

3.1. “AI-1”⁹ e a Discussão Historiográfica: Institucionalizando a “Operação Limpeza”

A historiografia sempre esteve dividida em relação aos projetos e intenções efetivas do movimento golpista de 1964 e sua liderança, como foi possível perceber na discussão do primeiro capítulo deste trabalho. O questionamento posterior a isso seria, o que a classe (ou fração de classe) que ascendeu ao poder faria a partir de então, após a instauração do Golpe Empresarial-Militar?

É nítido perceber que havia uma divisão dentro do próprio movimento golpista. De um lado, o desejo era de remover o Presidente João Goulart e legitimar o Golpe aprovado pelo corpo parlamentar por meio de expediente jurídico, e com o retorno das forças armadas aos seus quartéis haveria a volta da vida institucional, como nos moldes anteriores; de outro lado, alguns desejavam uma correção, uma “operação limpeza” mais eficaz, enquanto outros, especialmente ligados ao Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) pensavam ter um projeto global diferente da situação existente.

As divergências são maiores entre os militares, que de acordo com a perspectiva anteriormente apresentada, com o uso da força que destituíram o então Presidente João Goulart, reconhecendo-se como os novos líderes da “revolução democrática” instaurada.

Dessa forma, compreende-se que o objetivo principal e direto dos amplos setores opostos ao governo Goulart era derrubar o presidente, para então, na sequência, iniciar uma profunda “limpeza nas instituições”¹⁰.

Após a instauração do Golpe Empresarial-Militar tendo em vista a vitória em mãos, era necessário, entretanto a tomada de decisões que desmanchasse todo o aparato do governo deposto, sendo justificada a posição adotada, como um posicionamento político almejado para a nação brasileira.

Para conferir legitimidade e legalidade, foi necessário adotar medidas legislativas emergenciais. Dessa forma, o novo regime apresentou como ação inicial um Ato Institucional, que a historiografia mais tarde classificou como “AI-1” devido às edições de novos atos semelhantes.

⁹ O autor Campanhole, propõe que a atribuição da palavra foi encontrada posteriormente, denominada pela historiografia, este termo é utilizado enquanto entendimento historiográfico pedagógico, não histórico.

¹⁰ Verificar para melhor compreensão: D’ARAÚJO, M.C et all (org). *Visões do Golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 18.

Segundo as informações da obra de Maria Helena Moreira Alves (1984), no dia nove de Abril de 1964 o Ato Institucional nº1 foi assinado pelo então General Arthur da Costa e Silva, o vice-Almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald e o Tenente-brigadeiro Francisco de Assis Correia e Melo, militares que constituíram a liderança do Comando Supremo Revolucionário, declarado após a queda de Jango como o novo poder de fato no país. Em sequência, foram nomeados como os novos ministros militares pelo presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili, substituto legal de João Goulart, após da declaração de "vacância de poder", de acordo com os termos da Constituição vigente de 1946.

A elaboração do Ato é atribuída tanto a Francisco Campos, autor da constituição de 1937 para a consolidação do Estado Novo, quanto a Carlos Medeiros, advogado de posicionamento conservador (SKIDMORE, 1988, p. 48).

O Ato Institucional nº 1 (AI-1) afirmava que o movimento que derrubou o governo de João Goulart era de caráter civil e militar e que era uma “revolução” de cunho autêntico que representava o anseio da nação brasileira—certificando ao novo governo mecanismos indispensáveis para a ação restauradora da reconstrução financeira, moral, econômica e política proposta pela “Revolução de 31 de Março” no Brasil (CAMPANHOLE, 1971, p. 09).

De acordo com os autores, o Ato Institucional se fazia necessário por que os processos constitucionais em vigência não tiveram funcionalidade suficiente para derrubar o governo que estava disposto a torna o país em um antro comunista. Os novos dirigentes do regime, com receio de parecerem estar utilizando instrumentos não previstos no jurídico brasileiro,—passaram a defender que a "Revolução de 31 de Março" se revestia na prática do Poder Constituinte, detendo a força normativa inerente aquele poder, sendo possível editar normativas jurídicas, sem que estivesse limitado pelas normas jurídicas anterior ao Golpe (CAMPANHOLE, 1971, p.09).

Segundo Campanhole, o Ato exprimia seu conteúdo por artigos, que podem ser resumidos por meio das seguintes medidas:

- Estava mantida a Constituição de 1946, com as modificações feitas pelo Ato (artigo 1º);
- O congresso permaneceria em funcionamento com as limitações elencadas pelo Ato (artigo 1º);
- Estariam suspensos todos os privilégios de estabilidade e vitaliciedade (artigo 7º, que seria valido pelo período de seis meses, contados a partir da publicação do Ato),

servindo de base para os expurgos de funcionários públicos civis e do pessoal militar identificados com o regime deposto;

– Instauração de Inquéritos e processos para a apuração da prática de crimes contra o Estado (artigo 8º) – este artigo deu origem aos Inquéritos Policiais-Militares/IPMs utilizado contra todas as pessoas ligadas ao governo João Goulart e os movimentos que apoiavam seu governo;

– A possibilidade de Suspensão de direitos políticos e cassação de mandatos a nível federal, estadual e municipal (artigo 10º; válido pelo período de sessenta dias contados da publicação do Ato);

Para melhor compreensão do projeto de poder contido nas determinações do A.I.1, torna-se necessário destacar as interpretações historiográficas como forma de entendimento acerca de questões centrais, como a longevidade do poder militar, o papel desempenhado pela "Operação Limpeza" (através das cassações políticas e os expurgos do funcionalismo público civil e militar) no processo de institucionalização da “Revolução Vitoriosa de 1964” e construção do consenso, através dos aparelhos privados de hegemonia, em torno do projeto que chegava ao poder.

As Forças Armadas, para Codato (2004), ao derrubarem o governo Jango e tomarem o poder, não possuíam um projeto de governo pronto para o país, porém tomaram as medidas necessárias para a destruição do poder “popular” representado por João Goulart.

Portanto, a principal tarefa dos militares era limitar-se a iniciar a exclusão política das classes populares, através da repressão, desarticulando as suas instituições de organização sindical, ligas camponesas, participação autônoma, além da base do partido do Presidente João Goulart o PTB.

Este posicionamento historiográfico coaduna com os pensamentos de Sebastião Velasco e Cruz e Carlos Estevam Martins (1983), que defendem que o Ato Institucional, mesmo possuindo medidas diretas objetivas a “expurgar o bolsão comunista” (CAMPANHOLE, 1971, p.10) e dessa forma promoveu o expurgo no congresso, funcionalismo público civil e forças armadas e poder judiciário, além de intervir em sindicatos, não representou uma medida legislativa típica de um Estado de Exceção Total, sendo apenas um decreto emergencial para uma situação excepcional que havia se instaurado, que, no entanto, vislumbrava o retorno em médio prazo da democracia no país.

Esta parte da historiografia que se posiciona assumindo o discurso de que não teria havido uma completa ruptura com a ordem jurídica anterior ao golpe, que era

reconhecidamente democrático, elenca alguns pontos do “AI-1” que sustentam esta hipótese e fundamentam a ação mais eficaz da “Operação Limpeza”:

- Instituições, associações representativas, partidos políticos e liberdade de imprensa não foram diretamente atingidos;
- O Congresso Nacional permaneceu funcionando;
- Foi mantida a Constituição de 1946;
- Manteve a Lei de Segurança Nacional de 1953;
- O calendário eleitoral foi mantido;
- O Ato foi editado sem numeração, o que implica em dizer que não havia cogitação de uma sequência legislativa com atos semelhantes, indicando que seria o único, e mesmo assim com o tempo de vigência determinado até 31 de Janeiro de 1966, em concomitância com o mandato presidencial.

Entretanto, na historiografia é possível perceber que alguns autores reportam já haver no Ato Institucional indícios da continuidade dos militares no poder por um período maior do que o necessário e exigido para efetuar o expurgo da vida pública de todos os setores ligados a João Goulart, o que demonstraria um projeto de longa duração no poder:

Os homens do Comando Supremo falavam em nome de uma revolução, querendo explicitar a perspectiva de que não tinham promovido uma intervenção de caráter passageiro, mas algo mais profundo (REIS, 2000, p. 36).

Maria Helena Moreira Alves (1984) indica que o Ato Institucional que objetivava uma busca da segurança interna pela eliminação do inimigo interno dentro dos moldes da Escola Superior de Guerra (ESG), entrou em divergência com os objetivos declarados do restabelecimento da legalidade e da retomada do fortalecimento das instituições democráticas declarados pelos golpistas. Contrapõe-se, então, afirmando que com as medidas que foram adotadas para o expurgo aos “associados” ao governo anterior e aos movimentos sociais, o que houve foi o que chama de “a institucionalização do Estado de Segurança Nacional com a necessidade de um novo aparato que apoiasse a ‘revolução’” (ALVES, 1984, pp. 52-54), o que torna nítido que seria um projeto de governo duradouro e não transitório. A autora prossegue destacando que o “AI-1”, assim que editado, inicia um processo de insatisfação e questionamentos por parte da sociedade civil que apoiara o golpe:

Como a doutrina (de Segurança Nacional) não era amplamente conhecida do público na época, o Ato Institucional surpreendeu os que haviam apoiado a intervenção dos militares na crença de que sua intenção era restaurar a democracia. A reação da imprensa foi quase que unanimemente negativa. E, com efeito, o Ato Institucional nº1 rompeu o apoio tácito à coalizão civil-militar, dando origem à dialética Estado/oposição. (ALVES, 1984, p. 54).

O “AI-1” para Alves já tinha características que estariam presente nos outros Atos institucionais, como o de potencializar o poder do Executivo, através, por exemplo, das eleições indiretas, esvaziando os outros do judiciário e do legislativo. O artigo 2º do “AI-1” estabelecia que a eleição para Presidente da República seria decidida pela maioria do Congresso Nacional.

Para Thomas Skidmore (1988) esse mecanismo e o prazo para formação de uma candidatura de oposição, orquestrado pelo Comando Supremo Revolucionário, tornaram inevitável a eleição do candidato escolhido pelos militares e inviabilizaram a dos executivos estaduais contrários ao Governo Goulart.

Compreende-se, então, e apontam-se os indícios de que havia a existência de um projeto de governo intencionado na continuidade dos militares no poder, o que fica claro na fala de Carlos Medeiros, um dos autores do Ato Institucional nº1 “Sem ele, o movimento civil e militar de Março se confundiria com um golpe de Estado ou uma revolta destinada apenas a substituir ou afastar pessoas dos postos de comando e influência do Governo (deposto)”. (VIANA FILHO, 1976, p. 58).

Para análise dos efeitos do Ato Institucional, cujas medidas atingiriam a sociedade e como foi reportado para a sociedade civil, destaca-se a ação da imprensa como fundamental para construção do consenso em torno deste projeto que tem na “Operação Limpeza” o primeiro passo basilar para institucionalização do Estado de Segurança Nacional para firmar o ordenamento da moral e reconstrução nacional. Assim sendo, será realizada a seguir a investigação de como o *Jornal Pequeno* contribuiu para a consolidação e institucionalização deste projeto a partir do Ato Institucional nº1, também conhecido como “Operação Limpeza”.

3.2. O contexto do cenário Pós-Golpe e o *Jornal Pequeno*

O Congresso Nacional, em 11 de Abril de 1964, elegeu indiretamente o General Castelo Branco, segundo os termos publicados dois dias antes pelo Ato Institucional nº 1, no seu artigo nº 2. O general obteve 361 votos, cinco votos destinados a outros militares participantes do golpe e 72 abstenções (SKIDMORE, 1988, p. 50).

Este início de Governo foi caracterizado principalmente pelos expurgos nos setores políticos, com cassações de parlamentares e aposentadorias compulsórias, além de grandes depurações no judiciário, nas forças armadas e no funcionalismo público usando

constantemente o mecanismo do “AI-1”, que ficou conhecido como “Operação Limpeza”, tendo como base a Doutrina de Segurança Nacional, segundo Maria Helena Moreira Alves (1984).

Esse período de expurgos de pessoas ligadas ao governo Jango representa o objetivo principal contido no Ato Institucional, que se propôs a eliminar da vida pública civil e militar todas os envolvidos com corrupção, o comunismo e a subversão.

Depois do processo de deposição de Jango, foram presas cerca de cinco mil pessoas. Dentro das Forças Armadas, 421 oficiais foram punidos até o fim de 1964, cerca de 1200 militares de diversas patentes das três armas havia. No funcionalismo público, houve 1408 afastamentos, a maior parte nos três primeiros meses do novo governo (ALVES, 1984, p.65).

Com base no Ato Institucional nº 1, no artigo 10º, que delibera a previsibilidade de cassações de mandatos, 40 membros do Congresso Nacional e 43 deputados estaduais foram cassados na publicação do “AI-1”.

Além disso, havia outro importante mecanismo de perseguição para os simpáticos ao regime deposto e seus integrantes, os Inquéritos Policial-Militares (IPMs). Portanto no “AI-1” no artigo 8º, que previa a apuração de crimes contra o Estado, estruturou-se como se fosse um poder concomitante aos militares designados a coordenar as investigações. É neste contexto que os jornais impressos vão assumir um protagonismo nos embates de projetos ideológicos e políticos nos principais centros urbanos do país (ALVES, 1984, p.57),

No momento de deposição do presidente João Goulart e da instauração do Golpe Empresarial-Militar, a imprensa teve um papel importante na propagação do “inimigo interno”, na assombração do comunismo e do desordenamento administrativo e moral que assolava o país, sendo necessário, portanto uma intervenção militar para um “restabelecimento de ordem e da moral”. Porém, embora este fosse o posicionamento de uma significativa parcela da imprensa, existiam aqueles que encontravam um espaço de resistência e oposição.

No bojo da historiografia maranhense as pesquisas que abordam a Ditadura Empresarial-Militar e o papel da Imprensa diante da “Operação Limpeza” ou Ato Institucional Nº1 são extremamente escassos.

O governo golpista responsável pela destituição do presidente João Goulart, pela instauração de um novo regime e pela institucionalização de um Ato Institucional como uma legislação complementar emergencial à constituição, precisava conquistar o consenso da

sociedade a partir dos campos ideológico e político. Dessa forma, era de fundamental importância que no âmbito da Sociedade Civil, a imprensa ajudasse no processo de construção de uma opinião pública favorável ao projeto recém-instaurado no país.

Para Gramsci, neste aspecto, a imprensa se constitui enquanto Aparelho Privado de Hegemonia, como já citado anteriormente, dentro do âmbito da Sociedade Civil, interferindo diretamente nos embates políticos, morais e culturais no país naquele momento.

Tendo como recorte, a imprensa local no estado do Maranhão, iremos posicionar um olhar mais crítico sobre as medidas tomadas após 31 de Março de 1964 e nos primeiros seis meses que se seguem, mantendo o foco no Ato Institucional N°1 que caracteriza a “Operação Limpeza”.

Em São Luís, capital do Maranhão, circulavam sete grandes impressos de grande evidência durante o ano de 1964: O Jornal do Dia, O Imparcial, Jornal do Povo, Jornal Pequeno, Correio do Nordeste, Jornal do Maranhão e Diário da Manhã (SECMA, 2007).

O objetivo desta pesquisa é analisar o posicionamento do Jornal Pequeno, um dos grandes jornais de circulação da época, em relação aos primeiros seis meses da “Operação Limpeza”. Será, portanto, examinar de que maneira este periódico maranhense ecoava as ações do primeiro Ato Institucional editado pelo Regime após o golpe de 64.

O Jornal Pequeno geralmente tinha seis páginas, custava o preço de 20 cruzeiros e tinha sua organização disposta em temáticas, com reportagens e colunas que tratavam sobre economia, cultura, esportes e política. Tinha uma gama de jornalistas regulares Eyder Paes, Otheilno Novas Alves, Paulo Nascimento Morais e Borba Santos. O diretor era José de Ribamar Bogea e o gerente Quintino Bogea. É possível identificar que o jornal tinha um caráter político, e é descrito no Catálogo da Biblioteca Pública Benedito Leite como um impresso de orientação popular. Hoje, o jornal ainda possui colunas diversificadas em suas temáticas, mas tem um grande destaque por suas denúncias políticas, atuando diretamente na realidade do Estado do Maranhão.

Existem alguns aspectos que versam sobre o posicionamento do periódico que devem ser levado em consideração para a sua análise. De acordo com as reportagens anteriores ao Golpe de 64, o Jornal Pequeno apoiava o Vice-presidente João Goulart na sua posse enquanto Presidente da República, haja vista a renúncia do presidente Jânio Quadros, em defesa da legalidade e democracia para pôr fim às agitações que balançavam o Brasil naquele momento, tendo por principal argumento o quantitativo eleitoral que João Goulart havia recebido:

É preciso respeitar a soberana decisão das urnas. Necessário se torna assegurar o direito político de Jango Goulart assumir o governo, dentro dos princípios constitucionais, se é que a nossa carta magna ainda vale alguma coisa. Fora disso, qualquer atitude é democraticamente ilegítima, discricionária, abusiva. (Jornal Pequeno, 30 de agosto de 1961, p. 1).

Não apenas fica nítido que havia uma tentativa do jornal em se posicionar diante da legalidade da posse do presidente João Goulart, no intuito de assegurar as pilastras da democracia, como direciona o argumento à sociedade civil, enquanto cidadão que exerceu seu dever de voto que merecia ser respeitado.

Além da rede da legalidade, o jornal ainda se posiciona quando há o agravamento do modelo de representatividade proposto pelo parlamento, a fim de prejudicar as ações do presidente João Goulart, uma vez que fosse empossado, atuando diretamente sobre o posicionamento frente ao modelo parlamentarista proposto para o país.

Parlamentarismo que nada mais é que um golpe, uma ditadura imposta pelos grupos reacionários. E ninguém melhor do que eles sabem de que tal tipo de governo não resolver os problemas do Brasil. Não vai atender aos interesses do povo, as reivindicações do povo. Não vai realizar algo de grande em benefício dos problemas nacionais. (Jornal Pequeno, 15 de setembro de 1961, p. 01).

Mesmo tecendo críticas ao modo como o presidente João Goulart exerceu sua campanha presidencialista, tratando com desconfiança a verba investida e insinuando que poderia ser uma fissura para as velhas práticas de concessões do Estado (uso de dinheiro público em financiamentos corruptos por aqueles que desejavam e financiavam a volta do presidencialismo), o Jornal Pequeno comemora a volta do Presidencialismo ao país em 1963 para o bem estar da nação.

Agora, que te foste, o povo brasileiro vai aguardar o teu substituto, com suas reformas apregoadas através da imprensa falada e escrita e, ainda, em dísticos por toda parte espalhados, quiças, até por aqueles que ontem te instituíram e hoje te negaram, impiedosamente (*Jornal Pequeno*, 09 de janeiro de 1963, p. 3).

Com todos os problemas traçados no ano de 1964 no governo João Goulart desde uma tentativa frustrada de controlar problemas econômicos como inflação e de aliviar a tensão social instaurada no país à sombra comunista, os demais setores dos segmentos sociais estavam, mesmo que localizados em lados opostos da esfera política e ideológica, insatisfeitos com as ações do poder executivo.

Depois do comício da Central do Brasil feito pelo presidente e com a presença dos diversos segmentos dos movimentos sociais e classe trabalhadora, quando foram apresentadas as reformas de base, que não apenas beneficiavam as classes ali presentes, mas que também incidiriam sobre interesses de outras classes no *locus* dominante do poder – empresários,

latifundiários, capital estrangeiro e outros –, foi possível perceber, após aquele 13 de março de 1964, que houve alguns acenos de conspirações militares e civis para o estrangulamento do regime democrático e destituição do presidente para atingir o interesse dessas classes incomodadas com as ações tomadas por Jango.

Neste contexto, o *Jornal Pequeno* se posiciona contra a direita golpista que agora impulsionava ainda mais o estrangulamento do sistema democrático, combatendo o assombramento comunista que parecia soar do discurso presidencial, traz um caráter golpista na atitude da direita junto aos militares, lembrando as ações da direita no impedimento da posse do presidente, e traz um cinismo sobre que, agora essa mesma direita é incentivadora de um golpe travestido de um discurso de defesa de uma “democracia”

A direita, que é força poderosa, responsável pela queda de Jânio, tudo fez para que Jango não se empossasse no governo da República contando com a cumplicidade de militares, que apoiavam o dispositivo golpista armado contra essa democracia, de que agora se rotulam defensores. (*Jornal Pequeno*, 25 de março de 1964, p. 02).

A referência supracitada demonstra ainda mais o caráter político e ideológico do jornal em apoiar a democracia contra qualquer tipo de golpe, apontando uma relação entre civis e militares na caracterização do Golpe Empresarial-Militar. Além disso, o *Jornal Pequeno* construía duras críticas aos segmentos da direita e sua tentativa de conspiração, além de agir em convocação de ações coletivas de trabalhadores contra o sistema opressor reacionário e conservador.

Assim é que os Barnabés federais do Maranhão ao mesmo tempo que lutam pela par inane com os militares, 13 salário, salário móvel e direito de sindicalização manifestam sua disposição de apoio às reformas de base, preconizadas pelo senhor presidente da república e imprescindíveis para que boa nação se torne realmente rica pela justiça social que colocará suas riquezas ao alcance de todos. (*Jornal Pequeno*, 25 de março de 1964, p. 03).

Com o Golpe de 31 de março de 1964, o impresso se posiciona contra o movimento, convoca o povo a enfrentar a tentativa agonizante de declarar falha do sistema democrático e contra a instauração de um Golpe de Estado, traz uma manchete em sua capa “Agonizava o regime da liberdade no Brasil” (*Jornal Pequeno*, 01 de abril, 1964, p.01). Atribuía o caráter golpista do movimento dos militares e da direita golpista aos próprios interesses em sobreposição à democracia no país.

Portanto, é possível perceber que o *Jornal Pequeno* durante o processo de posse do Presidente através da campanha da legalidade, se posicionou a favor da democracia e em respeito ao voto do povo. Durante o ano de 1963, em meios as discussões sobre o modelo de regime a ser adotado (presidencialista ou parlamentarista), o jornal se manteve a favor do

presidencialismo, contrariando os interesses reais daqueles que se posicionavam no espectro da direita conservadora, a fim de manipular as ações do presidente e desta forma estrangular a dinâmica do regime democrático. Por fim, se manteve contrário ao movimento de 31 de Março ao qual denominou de "movimento golpista", definindo-o como de interesse de uma parcela do parlamentares da direita e dos militares, mas sempre contra a bandeira vermelha do comunismo.

Desta forma, o Jornal se opôs ao Regime Empresarial-Militar instaurado, alegando o prejuízo que um Estado de Exceção traria para os movimentos sociais e a classe trabalhadora. Marcada essa posição do jornal em torno desses acontecimentos precedentes ao Golpe e o próprio Golpe, propõe-se perceber como o jornal posicionou-se diante da "Operação Limpeza".

No dia 10 de Abril de 1964, o Jornal Pequeno traz em sua primeira página a seguinte manchete “Chefes da Revolução baixaram o Ato Institucional” informando a sociedade da nova ação do recém-governo “o ministro da Guerra informou hoje aos profissionais da imprensa na presença dos titulares da Aeronáutica e da Marinha o manifesto dirigido à nação do estabelecimento do Ato Institucional”. (*Jornal Pequeno*, 10 de abril de 1964, p. 1).

Em seguida, a matéria traz uma síntese do Ato decretado com seus principais pontos, e dentre eles explica a condição de decretado dois dias para a eleição de um novo substituto do presidente João Goulart, garantindo a população poucos dias de vacância no cargo da Presidência da República e atribuindo esperança a direção da nação.

No dia 11 de abril de 1964, dois dias após a edição do Ato Institucional, o Jornal Pequeno traz uma manchete na sua capa denominada “Revolucionários iniciam operação: 40 parlamentares já perderam mandatos” (*Jornal Pequeno*, p. 1), logo em seguida apresenta uma relação nominal de todos os políticos que tiveram seus direitos suspensos. Anteriormente vimos que o movimento de 31 de Março de 1964 foi tratado como golpe pelo jornal. Nesta manchete já percebemos a palavra ‘revolucionários’ em substituição ao termo ‘golpistas’, dez dias após o Golpe e dois dias após o Ato ser decretado. Esses mínimos detalhes vão prenunciando o discurso do jornal.

No dia seguinte, 12 de abril de 1964 (RIO¹¹), em uma nova notícia intitulada “Aviso do Comando”, o Comando Revolucionário informou ao Ministério do Trabalho que o artigo 7º do Ato não iria atingir a estabilidade dos trabalhadores, dessa forma o jornal serve como um instrumento para apaziguamento dos ânimos da classe trabalhadora que temia ter alguns de seus direitos atingidos pelo Ato. Neste mesmo dia, outra notícia “Comando da Revolução baixa o Ato n.3: 122 oficias transferidos para reserva“, uma das principais ações do Ato em expurgos e ordenamento tanto no meio civil, político e militar.

Operação Limpeza: (Rio) (o correspondente) [...] o referidos lideres farão Operação-limpeza do quadro dos partidos de todos os elementos que conducaram com o caudilhismo vermelho [...] junto ao alto comando revolucionário visando expurgar da federação nacional dos jornalistas profissionais elementos que conspiraram contra a dignidade da pátria e honra da classe (*Jornal Pequeno*, 12 de abril de 1964, p.5).

O periódico publica um texto na íntegra da justificativa do Comando revolucionário para baixar o AI-1, no dia 12 de Abril com o enunciado “Justificativa do Ato Institucional” que assume uma função explicativa e construtora da opinião pública sobre o Ato Institucional, que para Gramsci é a construção consensual da sociedade em torno de um projeto em vigor.

É imprescindível fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o futuro, o que houve e certificará haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução. (*Jornal Pequeno*, 12 de abril de 1964, p. 3).

Que esteja elucidado, que este não é diretamente o posicionamento institucional do jornal em questão. No entanto, o fato de abrir espaço para publicação de uma justificativa na íntegra, sem qualquer tipo de análise, abre espaço para reflexão das relações entre o jornal e o regime recém-instaurado. Publicizar a explicação do governo sobre suas próprias ações, pode ser interpretado como propagação da ideia contida no discurso apresentado à sociedade, nacionalizando o projeto que se encontra em processo de disputa pelo hegemonia, uma vez que o jornal, para Gramsci, é um aparelho privado de hegemonia, localizado no âmbito da sociedade civil que possui funções pragmáticas.

Ainda nesta notícia percebe-se o esforço em esclarecer que o Ato Institucional garante o caráter democrático para todos, não apenas para um grupo seletivo “A revolução se distingue dos outros movimentos pelo fato de que nela se traduz não o interesse e a vontade

¹¹ Algumas reportagens não apresentam o nome do jornal do qual foi transcrito, apenas algumas siglas como, por exemplo, a desta que é (SE) do qual não conseguimos identificar no jornal ao qual se refere. Portanto, algumas notícias ficaram por data e local.

de um grupo, mas o interesse e a vontade da nação” (*Jornal Pequeno*, 12 de abril de 1964, p. 3).

Além do próprio Ato Institucional, segundo a notícia contida no impresso, tentar descaracterizar o golpe enquanto golpe, torná-lo uma "Revolução", o que se constituiu uma divergência na perspectiva anteriormente apresentada pelo *Jornal Pequeno* durante 31 de Março de 64, o Ato Institucional se torna, também, uma garantia de consolidação deste novo governo instaurado, como Maria Helena Moreira Alves havia sugerido, é por meio do Ato que há uma institucionalização deste novo modelo de Estado que fica nítido no texto da notícia:

O Ato Institucional que é hoje editado pelos comandantes em chefe de Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da nação, na sua quase totalidade se destina a assegurar ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil de maneira a poder enfrentar de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa pátria (*Jornal Pequeno*, 12 de abril de 1964, p. 3).

O jornal torna o Ato Institucional, além de uma forma mais eficaz de garantir a institucionalização do governo, o responsável direto para o ordenamento social do Brasil. Deposita então altas expectativas e legitima o uso e a existência do Ato para a garantia de processos favoráveis a recuperação nacional.

É notório que em um momento de instabilidade política e econômica, moral e social, se deu crédito a “revolução” pela edição do Ato, insinuando o fracasso do governo anterior e culpabilizando as normativas legislativas constitucionais, que teriam sido insuficientes para sanar os problemas do governo Jango, nisto essa medida institucional parece ser uma saída providencial:

O presente Ato Institucional só poderia ser editado pela revolução vitoriosa representada pelo comando em chefe de 3 das armas que respondem, no momento, pela realização dos objetivos revolucionários cuja frustração estão decididas a impedir. Os processos constitucionais não funcionaram para destruir o governo que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o país. (*Jornal Pequeno*, 12 de abril de 1964, p. 3).

Neste texto inserido no *Jornal Pequeno*, há uma tentativa de convencimento de tornar legal o Ato, orientando a população de que é a única saída para viabilizar a “revolução” como solução do país. O Ato Institucional não é caracterizado pelo jornal como uma medida típica de um Estado de Exceção total, utilizando-se do argumento, já discutido no início do capítulo pela historiografia mais conservadora, de manutenção a constituição de 1946.

Destituído pela revolução, só a esta cabe dizer as normas e os processos de constituição do novo governo e atribuir-lhe os poderes, os instrumentos jurídicos que lhe assegurassem o exercício do poder no exclusivo interesse do país. Para

demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a constituição de 1946 (*Jornal Pequeno*, 12 de abril de 1964, p. 3).

Mais uma vez vale ressaltar que o jornal não se posiciona com nenhuma manifestação crítica ao texto na íntegra transcrito. Porém, a omissão do jornal, haja vista seu histórico crítico frente aos acontecimentos antecedentes já citados, se interpreta como uma concordância. Desta forma, abre brechas para refletir por quais motivos houve uma posição de silêncio deste jornal ao apresentar, sem qualquer tipo de análise, o discurso do Alto Comando Revolucionário, apenas doze dias após o Golpe e dois dias após o estabelecimento do Ato.

Efetuada análise destes primeiros fatos, decidimos organizar esta parte da pesquisa em dois tópicos: “A Operação Limpeza no cenário nacional nas páginas do *Jornal Pequeno*” e “A Operação Limpeza no contexto do Maranhão nas páginas do *Jornal Pequeno*”. Assim, de maneira mais didática, é possível deixar elucidado de que forma se portou o impresso diante do Ato Institucional.

3.3. A “Operação Limpeza” no cenário nacional nas páginas do *Jornal Pequeno*

Tendo em vista a existência de diversas reportagens durante os seis primeiros meses em torno da “Operação Limpeza”, percebemos a necessidade de dividir os momentos acerca da operação no âmbito nacional e local. Neste tópico, abordaremos como o periódico noticia a operação limpeza no cenário nacional.

Durante a análise do jornal evidenciamos que ao longo dos primeiros três meses da decretação do Ato, a recorrência de notícias e reportagens sobre o mesmo é muito mais frequente. Tal ocorrência pode ser explicada pelo próprio prazo de cassações e expurgos, ou seja, entre dia 9 de abril de 1964 e 15 de junho de 1964.

O *Jornal Pequeno* reporta os acontecimentos sobre o Ato Institucional e seus desdobramentos sempre com notícias, manchetes e reportagens transcritas literalmente de outros estados brasileiros, sobretudo Rio de Janeiro, Brasília, Recife, São Paulo.

Nisso, cabe a nós inferimos que, se o jornal é uma instituição de imprensa, com um corpo editorial organizado e estruturado em formas capilares com seus jornalistas e redatores, as noticiais contidas ali são todas escolhas editoriais, ou seja, as notícias ainda que transcritas são de alguma maneira escolhas do jornal, que teria a opção de publicá-las ou não. Tendo em vista as publicações feitas, compreendemos, portanto, que há um posicionamento

favorável à publicação da reportagem quando não há nenhum tipo de crítica ou apontamento feito sobre a notícia exposta.

Dessa forma, o *Jornal Pequeno* publica diversas notícias sobre a situação nacional da operação do Ato Institucional, destacando seu caráter pragmático de urgência e eficácia, mostrando à sociedade que há uma atuação do Governo recém-instaurado por meio do AI-1.

Nos dias 28 de abril de 1964, o impresso publica de Brasília a notícia “Regulamentado o Ato Institucional” que trata sobre regulamentação do Ato Institucional e a criação do Conselho Nacional de Segurança, responsáveis pelos processos de análises de punições e expurgos, pelo General Castelo Branco, eleito indiretamente, e no dia 30 de abril de 1964, “Regulando o Ato Institucional”, tornando o Ato não apenas uma ação provisória do Alto Comando Revolucionário, mas uma normativa legislativa do presente governo, atribuindo assim uma continuidade de suas ações e uma legitimidade para a sociedade.

Regulamentado o Ato Institucional: Presidente da República assinou decreto regulamentando o Ato Institucional. Consta o mesmo de 10 artigos e vigorará partir de amanhã, Cria tal decreto comissão de 3 membros para apurar as denúncias punições serão feitas pela Conselho Nacional de Segurança. (*Jornal Pequeno*, 28 de abril de 1964, p. 2).

No dia 29 de abril (Rio, dias 02 (Brasília), 05 e 06 de maio (Rio), são respectivamente enunciados “cassações de mandatos”, “Não Acatou decisão do comando revolucionário”, “Novas detenções”, “Expurgo”. Nessas manchetes e reportagens, fica clara a tentativa de imputar um caráter eficaz ao Ato Institucional. Nelas é possível verificar as listagens de indivíduos que foram cassados e ou tiveram seus direitos políticos suspensos, destacando a atuação do General Castelo Branco, bem como do Conselho de Segurança Nacional, instituído como ferramenta eficiente em ação aos expurgos.

Mais uma vez então, é publicizada a ideia de que está de fato ocorrendo uma “Operação Limpeza”, de varredura do mal engendrado dentro do governo, de forma intensiva e transparente para sociedade.

[...] o presidente da república tendo em vista o disposto no parágrafo único do Artigo 10 do Ato Institucional, agora transformado em decreto presidencial resolveu suspender por 10 anos os direitos políticos do Sr. Badger Silveira. Referida decisão foi referendada pelo Ministro da Justiça (*Jornal Pequeno*, 29 de abril de 1964, p. 3).

Nas reportagens, é sublinhado o caráter ineficaz de uma tentativa restauradora da ordem política e pública realizada pelos civis, presente nas normas legislativas em vigor durante o Governo Goulart. Portanto, é atribuído um caráter mais militar à “operação limpeza” para garantia de sua eficácia, da paz e da honra nacional, colocando os militares como redutores da nação brasileira em apregoar as ações imediatas necessárias.

Também é feita menção à legalidade do Ato Institucional (pelos militares) para garantir a sua continuidade dos trabalhos, o que fica claro nas reportagens transcritas no *Jornal Pequeno* nos dias 07 de maio (Brasília) e 27 de Maio (Rio), enunciada respectivamente, “Oceano de Podridão” e “Não Voltará o Brasil as mãos dos corruptos”.

[...] na Câmara disse que os soldados voltarão aos quartéis, porém vigilantes coesos e de arma em punho para manter os ideais da revolução [...]. Na vez passada procuraram livrar o Brasil do mar de lama. Desta vez a nação nadava num oceano de matérias pútridas [...]. As forças armadas estão prontas para o trabalho de limpeza, sem transigência de maneira a acabar com o favoritismo, o negociismo e as gatunagens que tanto vinham infelicitando a Nação (*Jornal Pequeno*, 7 de maio de 1964, p. 1).

[...] procurou mostrar a legalidade do Ato Institucional, enaltecendo a pessoa do seu autor Prof Francisco Campos. Salientou que as cassações poderão continuar desde de que sugeridas pelo Conselho de Segurança Nacional (*Jornal Pequeno*, 27 de maio de 1964, p. 1).

A prorrogação do Ato também é algo relevante nesta pesquisa. Foi definido que o Ato Institucional, previsto para terminar no dia 15 de junho de 1964, seria estendido por mais 120 dias, indicativo de que a operação permaneceria, sob o argumento de ainda não haviam sido efetuados todos os expurgos das instituições presentes no governo, a fim levar a nação a um limiar de perfeita justiça social com a eliminação de membros diretamente ligados ou simpatizantes do governo anterior.

Prorrogar o Ato Institucional indicaria, então, que a “Operação Limpeza” tem atingindo seus objetivos nos expurgos da vida pública, a necessidade de estender o Ato reside na ideia de que a ação liderada pelos militares tem trazido benefícios à população, portanto imprescindível não deter uma ferramenta de tão elevada importância para facilitar o caminho da nação a uma estabilidade política restaurada “(RIO-Especial da Rádio Escuta) nos próximos dias o Presidente da República enviará ao Congresso três importantes mensagens: - a prorrogação do Ato Institucional por mais 120 dias”. (*Jornal Pequeno*, 09 de junho de 1964, p. 2).

Desta forma, destacamos algumas reportagens, em que o jornal aponta a continuidade da “Operação” sublinhando que, já quase findados os três meses iniciais, a “Operação” não aparenta indícios de desgastes, pelo contrário, seguiria eficaz no seu principal objetivo: a limpeza na vida pública brasileira.

Consecutivamente entre os dias 09 (Brasília), 13 e 14 (RIO) de Junho (penúltima data antes do fim dos primeiros três meses), suas reportagens de cassações efetivas, lista de especulações de futuras cassações, reuniões do Conselho de Segurança Nacional para

decisões de punições de direitos políticos suspensos, apenas endossam o que já foi dito no parágrafo anterior. As notícias são respectivamente “Palácio do Planalto divulga nova lista de candidatos”, “Ultimas Noticias”, Reunidos no Palácio das Laranjeiras”, “Mandatos Cassados”.

(RIO) – Desde as 17:30 horas está reunido o Conselho de Segurança Nacional no Palácio das Laranjeiras com o Chefe da Nação. Aham-se presentes os 3 ministros militares e os 3 chefes do Estado Maior e o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas. O assunto em pauta é a elaboração da lista de cassação de mandatos. Nada foi ventilado sobre os nomes do que irão ser atingidos pelo corte. Sabe-se contudo que a lista de hoje não será a última de vez que o prazo para aplicação do art. 10 do Ato Institucional, somente terminará a meia noite do dia 14. (*Jornal Pequeno*, 13 de junho de 1964, p. 1).

Não podemos deixar de destacar que, além do expurgo de políticos houve também expurgo de civis, ainda que dentro da esfera pública, de chefes de órgãos, funcionários de instituições públicas, do poder judiciário, as punições no próprio exército, entre outras. De acordo com o *Jornal Pequeno*, conseguimos perceber este lado da “operação” segundo reportagens aqui selecionadas, datadas do dia 01 de Agosto de 1964, intituladas: “Revolução no Judiciário” e “Punidos 58 oficiais e praças do Exército” que destaca “(Brasília) com base no Ato Institucional o Presidente da República demitiu e expulsou 56 oficiais e praças do Exército. Tendo em vista o que foi apurado em investigações sumárias”. (*Jornal Pequeno*, 01 de agosto de 1964, p. 1).

Ainda sobre estes expurgos de civis, o *Jornal Pequeno* publica a reportagem sobre a demissão de um engenheiro da Petrobrás, empresa pública brasileira de petróleo. O jornal desta vez não transcreve uma reportagem, tecendo ele mesmo seu discurso:

A Revolução continua castigando os faltosos. Um dia um, outro dia outro e, assim, a coisa vai tomando corpo, Nesta sequencia de fatos que chegamos a notícia da demissão do engenheiro Hanselman Abeillard, que servia na Petrobrás com funções na superintendência do Serviço Regional do Amazonas. [...] Esperam o interesse que tudo seja resolvido dentro dos postulados defendidos pela Revolução. (*Jornal Pequeno*, 22 de agosto de 1964, p. 3).

O trecho supracitado indica claramente o posicionamento do jornal em favor das ações pautadas no Ato Institucional. Uma vez que o mesmo denomina de “postulados defendidos pela Revolução”, indica o caráter favorável do jornal às ações do governo recém-instaurado, caracterizado não mais em Golpe, mas em uma Revolução. Portanto coaduna com todas as atitudes tomadas pela “operação limpeza” deixando implícito o interesse favorável de continuidade da mesma, creditando-lhe o expurgo do mal do funcionalismo público brasileiro.

Outras duas questões não podem passar despercebidas nestas análises em relação a todo o aparato que se instituiu após o Ato. Uma, em relação à delegação majoritária das

decisões ao Poder Executivo, que para alguns historiadores denotaria um dos indícios de características de um Estado de Exceção.

Mesmo mantendo os outros poderes em pleno exercício, a influência e decisão do executivo se demonstram superiores aos demais, principalmente em pôr em prática os artigos previstos do “AI-1”, neste caso sobre cassações e direitos políticos suspensos, além de intervenção direta na Câmara dos deputados, para reorganização interna de suas práticas normativas, com o argumento de adaptar a Câmara aos novos alicerces da “revolução”. O que em outras palavras implica em dizer que é mais um dos mecanismos encontrados dentro do Ato para a estruturação e institucionalização deste novo governo, esta é uma questão que fica esclarecida em uma notícia “Novas Normas para Câmara Federal” da Radio Escuta transcrita do Rio de Janeiro para Jornal Pequeno:

O Conselho de Segurança reunido, decidiu sugerir ao Presidente da República o envio da mensagem à Câmara, pedindo licença para processar o deputado Douzel de Andrade, Se o Congresso não se manifestar sobre o pedido dentro de 30 dias de acordo com o Ato Institucional, a licença estará automaticamente concedida, podendo inclusive ser decretada a prisão preventiva do líder petebista. Por outro lado chegou a mesa da Câmara projeto de resolução com 205 assinaturas (maioria da casa), estabelecendo novas normas no Regimento Interno da casa. Segundo as novas normas, o Presidente da Câmara não poderá ser reeleito, como vem acontecendo até agora. A iniciativa visa adaptar a Câmara aos princípios da Revolução de 31 de Março Hoje se falou-se muito na possibilidade da decretação do Estado de Sítio, todavia não foi tomada qualquer decisão a respeito. (*Jornal Pequeno*, 30 de agosto de 1964, p. 3).

A outra questão diz respeito à tentativa de demonstrar a força capilar do novo Estado instaurado, elegendo figuras e articulações corporativas simbólicas que constituem o Estado, para garantia de uma maior legitimidade e eficácia na fomentação da construção da opinião pública a respeito da ideia sobre este governo. Encontra novamente no Ato, argumentos para assegurar a população que existe algo sendo feito, além de reforçar que as forças representativas criadas antes do Ato, embora a eleição presidencial, continuam a existir, e atuantes em todos os processos de ordem mais central ou capilar como é o caso do Comando Revolucionário

O Sr. João Vilasboas, numa entrevista ao DN, por intermédio do repórter Ester Emilio Carlos, ressaltou que o Artigo 10 do Ato Institucional esta em plena vigência, assegurando que o Comando Revolucionário continua a existir até 31 de Janeiro de 1966. Mais Adiante o presidente do Conselho Superior das Caixas Econômicas lembrou que ainda estamos sobre o regime revolucionário, frisando que não vê nem nos dispositivos do Ato, nem na justificação que o precedeu, uma afirmativa que o Comando estivesse extinto os poderes com a eleição do presidente da república. (*Jornal Pequeno*, 03 de setembro de 1964, p. 4).

O Ato Institucional parece adquirir uma autonomia, tanto no discurso dos militares já expostos aqui quanto nos jornais, desde seu decreto, conseguindo através das notícias demonstrar eficácia, influenciando assim a opinião pública, pois em nenhum momento nas páginas do jornal a sua vigência ou a sua subordinação, se pelo poder executivo ou mesmo pelo Comando Revolucionário, parece ser um ponto questionável. Garantindo a sua vigência independente de qualquer instância para a sua aplicabilidade, justificando o restabelecimento da paz e da honra nacional, “No interesse da paz e da honra nacional” (que dá o título desta pesquisa monográfica), portanto fica explícito no trecho da reportagem, a necessidade de supremacia do Ato para continuidade da “operação”.

Inicialmente ressaltou: Da leitura meditada daquele artigo 10 do Ato Institucional, cheguei à conclusão de a sua vigência independe de qualquer pronunciamento prorrogacional. Diz ele: No interesse da paz e da honra nacional e sem as limitações previstas na Constituição, os comandantes chefes que editam o Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos. Ora, o Comando revolucionário, representado pelos ministros das três armas - Exército, Marinha e Aeronáutica- com os poderes que a vitória da Revolução lhe outorga, investiu-se na faculdade de cassar mandatos legislativos e suspender direitos políticos por dez anos. E a única limitação que auto-impuseram ao exercício de tais atribuições é a constante do artigo 11 do Ato, que lhe deu vigência até 31 de Janeiro de 1966. (*Jornal Pequeno*, 03 de setembro de 1964, p. 4).

Há um caráter nesta reportagem de solidificar a ideia da justificativa do Ato, mesmo já em meados de setembro, próximo do fim do estabelecimento da sua prorrogação prevista em decreto presidencial, de construir a opinião pública de que as ações diretas exercidas pelo Ato, no seu artigo 10, que constitui a “Operação limpeza”, não tem ligação extremamente direta com o representante do Poder executivo apenas, mas que há uma soma de delegações prevista na autonomia adquirida pelo Ato.

Mesmo passado os quase primeiros seis meses do Golpe Empresarial-Militar e da decretação do Ato, novamente a sustentação de que o Ato Institucional, de maneira nenhuma, torna inexistente ou ineficaz os outros poderes – Legislativo e Judiciário – e sobrepõe ao Executivo ações ilimitadas, mas que apenas em caráter temporário delega alguns poderes a mais ao Presidente, a fim de deixar opcional ao “Chefe da Nação” usa-los ou não. O que também já discutimos no início do capítulo nos embates historiográficos dos argumentos do Ato, em que tentar descaracterizar o caráter golpista em enfraquecer os poderes democráticos em sobreposição ao executivo, fica nítido na reportagem:

Não se verificou ai uma transferência definitiva daqueles poderes e, sim, uma delegação temporária ao Presidente da Republica, na qual a expressão- poderá- ali empregada traduz clausula facultativa, deixando entregue ao critério do Chefe do Executivo Nacional usar ou não de tais poderes. Descabe, portanto, editar-se

qualquer prorrogação de faculdades que continuam em plena vigência, não mais nas mãos do presidente da República, mas, sim nas do promulgados do Ato Institucional. Nos qual deste é a disposição constitucional de natureza transitória, os efeitos da aplicação do seu artigo 10 são definitivos, por que expressamente excluídos das limitações constitucionais, isto é, da emenda (art. 217) e da anistia (art. 65, alínea V), como da apreciação judicial. (*Jornal Pequeno*, 03 de setembro de 1964, p. 4).

Ainda continua esclarecendo mais uma vez que há a existência efetiva do Comando Revolucionário, para manter na opinião pública a ideia de que há uma coesão governamental, entre a medida provisória estabelecida antes da eleição presidencial com o Comando Revolucionário, e após com a eleição do “Presidente da República” explicitando que a existência de um poder como o do Comando não exime de nenhuma maneira a atuação do “Presidente” da República, mas que se soma a ação deste governo, destaca um trecho da reportagem:

Pela disposição do artigo 10 do Ato Institucional- continuou- compreendo que, para os efeitos, o Comando Revolucionário continua a existir até 31 de Janeiro de 66. Não vejo nem nos dispositivos do Ato Institucional, nem na justificação que o precedeu, tampouco em qualquer outro diploma legal posterior, uma afirmativa de que o Comando estivesse extinto aqueles poderes com a eleição do Presidente da República. (*Jornal Pequeno*, 03 de setembro de 1964, p. 4).

A justificativa de que o Ato está tornando consolidado na sociedade brasileira os ideais “revolucionários”, e, portanto essas medidas que agora parecem ser legais, apoiados no Ato Institucional após ter adquirido legitimidade dentro do próprio governo, são perfeitamente compreensivas e normativas, e devem ser asseguradas não somente pelo Chefe da Nação, mas pelo Comando Revolucionário, a evitar um retrocesso de desordem administrativa e moral. Enaltecendo a “Revolução” em prol do progresso nacional, dessa maneira tenta caracterizar em torno deste projeto uma construção favorável da opinião pública nacional ao Golpe Empresarial-Militar de 64 e suas ações posteriores, é possível perceber na notícia:

Por fim assegurou, que ainda que estamos sob o regime revolucionário acrescentando :Isto decorre, para minha compreensão, daquelas expressões contidas na justificação do Ato Institucional: O que houve continuará a haver, neste momento, não só no espírito e o comportamento das classes armadas como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução. Enquanto não se consolidarem os ideais revolucionários, continuaremos dentro da Revolução. Não se interprete daí, que o Comando Revolucionário continue a ter poderes de natureza executiva, Este se consolidaram integralmente, nas mãos do Presidente da República desde o momento da sua posse. No entanto a prerrogativa constante do artigo 10 do Ato Institucional, que o Comando Revolucionário se reservou o direito de reassumi-los após decorridos 60 dias da sua delegação. (*Jornal Pequeno*, 03 de setembro de 1964, p. 4).

Neste tópico analisamos notícias acerca do Ato Institucional e seus desdobramentos no âmbito nacional, a fim de perceber de que maneira o *Jornal Pequeno* se posicionou diante desta “Operação”. Dito isto, e trazendo novamente a elaboração teórica gramsciniana já discutida no segundo capítulo, as notícias ainda que transcritas de outras partes do país, passam por uma ótica de seleção pelo corpo editorial do jornal, partindo do princípio de que todas as notícias contidas nas páginas do jornal não estão de nenhuma maneira colocadas sem sentido ou sem intenção, apenas por disposição aleatória, mas na verdade expressa de alguma forma o posicionamento do impresso perante os fatos, percebemos nestes 6 primeiros meses contados de Abril a Setembro no *Jornal Pequeno*, uma efetiva movimentação em relação ao Ato Institucional e seus desdobramentos.

As notícias expostas no periódico sempre denotam o caráter eficaz e atuante da “Operação”, conota a ideia de que não há um marasmo por parte do novo governo instaurado de realmente se dispor a “reorganizar o país”. Indica uma eficiência e um comprometimento com a nação de expurgo em massa, de eliminação do mal da vida pública de caráter emergencial, causando na sociedade civil uma sensação de esperança para o ordenamento da nação e um mérito a atuação do regime instituído.

A omissão, ou ainda, a não decisão de opinar do jornal em todas as reportagens e notícias transcritas, nos faz compreender, portanto, o seu consentimento com a perspectiva de que o que está sendo feito é para o bem da nação, não coadunando com os propósitos antes percebidos como de um caráter golpista, mas que agora servem para salvação da nação. O *Jornal Pequeno*, portanto, demonstra-se favorável às ações expressas pela “Operação limpeza” no âmbito nacional, reportando todas as suas atitudes e suas averiguações minuciosamente, para que consiga atingir o propósito “revolucionário” de 31 de março de 1964. Dessa forma se constrói um consenso na sociedade civil favorável ao projeto da fração de classe dominante que está no poder e suas ações, podendo então o impresso atuar como dirigente da opinião pública, partindo do conceito de Partido Político de Gramsci.

3.4. A “Operação Limpeza” no contexto do Maranhão nas páginas do *Jornal Pequeno*

Neste tópico pretende-se tratar dos aspectos relevantes ao Ato Institucional Nº 1 no cenário Maranhense através das páginas do *Jornal Pequeno*, no período dos 6 primeiros meses da “Operação Limpeza”, de Abril a Setembro de 1964. Desta forma, compreender de que maneira o impresso se posicionou diante da “Operação Limpeza” e seus desdobramentos,

e de como isto foi reportado à população maranhense, na intenção de uma construção da opinião pública em torno de um projeto posto em vigência no dia 31 de março de 1964.

Alguns questionamentos ressurgem quanto à efetividade da “Operação Limpeza” em solos maranhenses, se houve uma ação eficaz ou as reverberações do Ato Institucional não alcançaram a população política, civil e militar do estado em destaque.

Disto isto, examinamos algumas reportagens dos correntes primeiros seis meses para o exercício desta análise. No dia 15 de Abril de 1964, o *Jornal Pequeno* traz uma notícia “Cassação de Mandatos”, na qual fica nítida a reação da Câmara do Estado em relação aos acontecimentos iniciados após decretação do “AI-1”. Segundo o jornal, “a Câmara do Estado aprovou projeto que possibilita cassação sumária de mandatos de parlamentares. São desconhecidos, ainda os nomes dos visados”. (*Jornal Pequeno*, 1964, p.1)

Sobre o posicionamento do jornal, encontramos uma reportagem que nos faz inferir o tamanho da credibilidade dado a “Operação Limpeza”, visto que fica nítido o pedido do impresso pela intervenção da Operação em outros níveis da sociedade que não estavam previsto pelo Ato. O periódico reconhece o trabalho da Operação, no entanto, exige uma atitude mais local em detrimento de outros tipos de ocorrência que afetam a vida econômica e social da dinâmica da cidade de São Luís. Portanto, isto tipifica o posicionamento favorável do jornal à continuidade e existência de tal operação, ilustrado na notícia “Urge uma providência do Comando Revolucionário”.

Assim como o Comando da Revolução teve poderes para cassar mandatos de várias dezenas de deputados federais e senadores, achamos nós que o Comando Revolucionário está no dever de tomar decisões drásticas de maneira a acabar com o bárbaro e criminoso comércio do aluguel dos imóveis (*Jornal Pequeno*, 21 de abril de 1964, p. 1).

Pautando-se nas teorias gramsciana já discutidas no capítulo anterior, reconhecemos os jornalistas e repórteres de um jornal como intelectuais orgânicos, responsáveis também pela elaboração da vontade coletiva em torno de um projeto hegemônico, através da construção do consenso, e no caso do *Jornal Pequeno*, é possível encontrar não apenas notícias e reportagens não assinadas, interpretando-as como sendo o próprio jornal, mas também de diversas notícias assinadas por jornalistas regulares do quadro de funcionários do jornal, como é o caso do jornalista Othelino Nova Alves, que deixa claro seu posicionamento em relação ao movimento de 31 de Março e sobre a “Operação Limpeza”. Há uma atitude em reverenciar as ações tomadas pela dita “revolução” em favor de um restabelecimento moral no país e no estado no Maranhão, como fica evidente:

Ao primeiro contacto ao povo da minha terra, após a vitoriosa Revolução que nos restituiu o clima de segurança e de tranquilidade apeando o Poder os escravocratas e os falsos nacionalistas não poderia deixar de pelas colunas dos órgãos livres da imprensa maranhense reafirmar a posição do meu partido – o PTN que é a de vigilância na defesa da soberania da Pátria e dos postulados da nossa Magna Carta Política. (*Jornal Pequeno*, 18 de abril de 1964, p. 1).

Vale ressaltar que ao longo de sua vigência, o Ato Institucional, compreendido como “Operação limpeza”, recebeu apoios de diferentes níveis da sociedade e de diferentes segmentos representativos, como é o caso dos partidos políticos. Isto realça a amplitude dos desdobramentos do Ato, em nome da restauração política e moral. No caso desta matéria, é elencado o direcionamento do discurso aos trabalhadores, convocando-os, portanto, a compreender os acontecimentos e o posicionamento de um partido, o PTN – Partido Trabalhista Nacional, através do jornalista em favor das ações tomadas pelo governo recém-instaurado, e entre elas sua primeira que diz respeito ao AI-1.

Saudando o vibrante povo maranhense pela grande vitória que foi a grande arrancada das forças vitais do Brasil desejo assegurar aos trabalhadores do meu estado a certeza de que os quadros do PTN estão livres de quaisquer vinculação com o grupo comuno peleguista que infelicitava o país, sendo do nosso agrado acolher sobre a nossa legenda- que é a verdadeira bandeira sardo trabalhismo- todos quantos estejam dispostos a ajudar o país nesta hora difícil de sua recuperação moral, sem preocupações com vantagens de ordem pessoal, prontos aos sacrifícios necessário pela sagrada causa do Brasil e sua emancipação econômico, financeira com a renovação dos quadros da politica nacional no sentido de oferecer ao povo condições para a escolha de seus legítimos representantes nas casas do Congresso Nacional e nos postos do Executivo em todos os quadrantes do país. (*Jornal Pequeno*, 18 de abril de 1964, p. 1).

Por outro lado orgulha-se o PT Nem constatar que as linhas mestras do discurso de posse do senhor Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, estão identificados com o os ideias do nacional trabalhistas substanciadas no Manifesto Nacional Trabalhista, aprovada em convenção nacional extraordinária do Partido, de 1962 e ratificado pela declaração do Rio de Janeiro, de 21 de outubro do ano pretérito. (*Jornal Pequeno*, 18 de abril de 1964, p. 1).

Há uma defesa da legitimidade da operação nas páginas do jornal, mesmo que para isso sejam necessários os expurgos, chamados de “sacrifícios”, em prol da efetivação da “operação” para o bem comum. Existe uma disposição favorável às medidas tomadas para que ocorra a “limpeza”, e certo tom de apoio ao “Chefe da nação” para que percorra o caminho considerado correto, que é o da continuidade do Ato.

A hora não é apenas da vitória mas sim de sacrifícios de prudências de meditação de preces a Deus para que ilumine o Chefe da nação para que possa restaurar o império da lei no país feito o expurgo de quantos estejam comprometidos não apenas, nos movimentos subversivos, mas igualmente de todos os que fomentaram a corrupção e a fraude, degradando o poder publico, maculando as nossas tradições de povo honesto e conspurcando a dignidade da Pátria. Impõe-se evidentemente necessário uma operação limpeza em todos os sentidos, observadas, no entanto as regras constitucionais, para que possa haver o indispensável equilíbrio e a harmonia entre

os três poderes da República. E quando falamos em regras constitucionais, ressaltamos a vigência do Ato Institucional que foi o ponto alto dito da Revolução vitoriosa. Nesta convocação, o PTN – Seção do MA- sente-se integrado na vida do estado, interpretando os sentimentos dos homens e pensamento desta terra que anseia por dias mais felizes, neste magnífico reencontro com o regime democrático, na sua destinação constitucional. (*Jornal Pequeno*, 18 de abril de 1964, p. 1).

Além disso, é possível observar o caráter legal que é atribuído ao Ato, e a necessidade de manter a sua vigência, caracterizando mais uma vez a relevância da ação do governo. Nisto fica claro a posição do jornalista, e por consequência do jornal, em relação à importância da aplicação da operação no estado.

No contexto do Maranhão, segundo o *Jornal Pequeno* é possível perceber estas práticas, visto que algumas cassações foram consideradas arbitrárias e de cunho pessoal.

Ao que apurou a nossa reportagem o oficial do exercito que recebera a incumbência de abrir inquérito em Tuntum, sobre as ocorrências ali verificadas, que culminaram, inclusive com a deposição do prefeito Gonzaga da Cunha por meios violentos já concluiu o seu trabalho, e segundo ainda notícias que nos chegaram daquele município, o deputado Ariston Costa acha-se atrapalhado, já que todos os depoimentos revelaram o grau de violência posto em prática por correligionários daquele parlamentar, logo nos primeiros dias da vitoriosa revolução deflagrada pelas forças armadas. (*Jornal Pequeno*, 27 de Agosto de 1964, p.1)

Neste caso retirado do jornal, uma reportagem do próprio *Jornal Pequeno*, fica nítido em como o Deputado provavelmente efetuou a denúncia contra o prefeito de Tuntum, sem grandes provas, mas apenas movido por algum desafeto político, a fim de derrubá-lo do poder. No entanto, o jornal passa a ideia de que a análise das apurações não cairia sobre o prefeito, ao ponto dele poder reassumir o cargo e o próprio deputado Ariston poderia perder seu mandato. Embora demonstre o caráter da utilização de artigos do Ato para benefícios próprios, o jornal faz questão de conotar a seriedade da operação em não praticar uma injustiça política, fomentando a opinião pública um caráter límpido da operação.

Conseguimos apurar, por outro lado, que o Sr. Gonzaga Cunha poderá reassumir muito em breve, as suas funções desde que fiquem esclarecidas, em sumário, a sua inocência, em participação em movimentos subversivos, razões alegadas pelo Sr. Aristo Costa, para afastar, por processos absurdos dos (assinatura do papel em branco para posterior renúncia do prefeito) aquele titular de um cargo conseguido em memorável batalha eleitoral, que empolgou a opinião publica maranhense e até do país. Comentava-se, com insistência no largo do Carmo, que a reintegração do Prefeito no seu cargo, é um sério prenuncio de que o Deputado Ariston Costa perderia o seu mandato, em todo caso o mais acertado é aguarda-se o desenrolar dos acontecimentos para não haver pré julgamento precipitado. (*Jornal Pequeno*, 19 de maio de 1964, p. 3).

Semanas antes dessa reportagem, na tribuna da Câmara em Brasília, o deputado maranhense Henrique de La Roque mostrava-se preocupado e já denunciava os casos de uso do ato para desafetos políticos, o que evidencia a historiografia sobre estas práticas.

(Brasília) Da Tribuna da Câmara ontem o deputado Henrique La Roque dirigiu um apelo ao comando do 24BC sediado em São Luís, para que não se deixe, o Governo do estado praticar a prepotência a arbitrariedade e a vendita pessoal na pessoa de representantes da Oposição, que nada tem de comunista. O pessepista maranhense disse que “pela violência primária de agente do governo estadual depuseram o prefeito de Tuntum em Imperatriz houve violências extorquiram o mandato de seu prefeito numa vergonha manobra”. (*Jornal Pequeno*, 24 de abril de 1964, p. 3).

Percebe-se que o jornal deu relativa atenção a estes fatos, no entanto não corroborou com o mau uso dos mecanismos do ato, demonstrou apelo da própria operação ao comando revolucionário, para que não causasse tal injustiça, o que constrói uma opinião acerca da operação como cautelosa e assertiva em suas punições.

Ao longo do período desta pesquisa ficou evidente um caráter oposicionista do *Jornal Pequeno* em relação ao então governador Newton Belo. Decretado o Ato, ficou mais clara a consolidação da atitude opositora do jornal em relação ao governo estadual, sendo possível perceber uma série de reportagens que exprimem o desejo de cassação de mandato do Sr. Governador do estado.

Na reportagem do dia 14 de Junho de 1964, o *Jornal Pequeno* deixa claro que a visita do Gal Justino Bastos ao Maranhão, que viria em missão para a observância das ações do governo instaurado, fora cancelada, pois dias atrás o Conselho de Segurança haveria se reunido e o nome do então Governador Newton Belo estaria cotado para a próxima lista de cassações. Tendo em vista que isso ocorreria antes ou depois da vinda do General, este optou por não estar presente. Esta reportagem indica apenas o posicionamento do jornal em garantir certo constrangimento ao governador do estado à população, para que se envergonhe de ter um governador dentre os alvos da operação.

Dias atrás, esteve reunido o Conselho de Segurança Nacional, para organizar novas listas de cassação de mandatos de direitos políticos. Tem-se falado insistentemente na hipótese de vir a ser cassado o mandato do Sr. Newton Bello, e ninguém sabe se êle figura na lista, que será divulgada nas próximas horas. O gal Justino Alves Bastos certamente não se sentiria bem em estar nesta cidade, ao lado do governador, sabendo da notícia de que seu mandato fora cassado. Achou mais prudente adiar sua visita a esta capital, onde encontraria o calor do entusiasmo democrático e da hospitalidade da nossa gente, que aplaudiu o patriotismo do grande líder militar que enobrece as gloriosas tradições do Exército de Caxias. (*Jornal Pequeno*, 14 de Junho de 1964, p. 1).

E segue mais uma reportagem do *Jornal Pequeno* onde fica claro o seu posicionamento em oposição ao governador e em apoio a “Operação limpeza”, a fim de cassar o mandato de Newton Belo, embora fracassada a tentativa naquele momento. Mas as palavras e a festividade que pareceriam tomar conta do povo maranhense caso isso ocorresse, só

endossam ainda mais que o jornal não contestava o Ato, mas se reportava favorável a ação da operação fica explícito:

O povo esperava com febril expectativa a propalada cassação do mandato de Newton Belo. Se tal coisa tivesse ocorrido uma alegria incendiária, fora de comum e invadiria a alma da ilha, realizando-se um verdadeiro carnaval. Em todo o Estado o acontecimento provocaria grandes manifestações cívicas. A verdade é que o chefe do governo maranhense não se considera seguro e vive amedrontado. Dizem os seus adversários que ele cairá mais tarde ou mais cedo. Prossegue a oposição nas suas denúncias movendo um combate intenso e sem tréguas N. B., visando a sua derrubada do poder do qual procura agarra-se desesperadamente, pondo em pratica seus artificios políticos. (*Jornal Pequeno*, 16 de junho de 1964, p. 3).

O impresso também se posiciona a favor da operação, quando em notícias pede a intervenção direta nos municípios maranhenses, suplicando para que sejam sanados os problemas locais apresentados que, segundo o *Jornal Pequeno*, parece significar uma parcela de grande importância dos principais problemas do estado. A intervenção nos municípios pelo Ato institucional é algo previsto em seu artigo 10º, portanto noticia que:

O movimento revolucionário que esta saneando a vida administrativa nacional, liquidando com os focos de corrupção no país, deve intervir nas prefeituras do interior maranhense, exigindo que os prefeitos prestem contas das gordas cotas federais, que tem recebido. Sejam eles de qualquer partido. A revolução sobrepaira aos interesses e conveniências dos grupos políticos. As comunas tem sido fonte de enriquecimento fácil e criminoso. A prefeitura é uma indústria rentosa um veículo de fortuna ilícita. Não pode haver impunidade para os que se apropriam dos dinheiros públicos, para comprar de engenhos, fazendas de gado, palacetes, carros de luxo mal barateando os em orgias, a custa do sacrifício do povo. (*Jornal Pequeno*, 30 de agosto de 1964, p. 3).

O *Jornal Pequeno* se manteve sempre interessado em demonstrar os processos ocorridos no estado do Maranhão decorrentes do Ato Institucional. Algumas notícias demonstram o expurgo do funcionalismo público estadual e dos parlamentares em suas instancias estaduais, municipais e federais. No entanto, o jornal através de reportagens de jornalistas do quadro, esclarece seu posicionamento em relação à falta de uma maior efetividade da operação em terras maranhenses. Não dá descredito a operação, no entanto exige um aprofundamento da ação comparado ao restante do país.

A notícia da vinda de uma comissão do TSE para apurar as fraudes eleitorais, deste estado, entusiasmou o povo maranhense. Entretanto, até hoje, não chegaram os encarregados de tão espinhosa tarefa será que, desta vez, também funcionou a cabeça de burro? Em toda parte do país, os processo políticos foram reformulados, aqui nada se transformou, os corruptos continuam agarrados ao poder e vivendo a tripa forra. Os que se elegeram fraudando mapas eleitorais comprando os votos a peso de dinheiro, dinheiro dos cofres da nação, das gordas verbas federais enxertando urnas, corrompendo juizes venais com o vil metal, estão nas casas legislativas, desonrando o mandato popular, que usurparam em pleitos viciados. [...] os fraudadores tem que ser expurgados do parlamento, para salvação do regime, seja oposição ou governo. Ninguém deve ser poupado. (*Jornal Pequeno*, 02 de setembro de 1964, p. 3).

Para exemplificar ainda mais esses processos que para o jornal são ínfimos diante do cenário nacional, o jornal fez questão de reportar uma sessão da Assembleia Legislativa do Estado em que há processos de cassações de mandatos de deputados e discursos dos mesmos se referindo aos seus direitos políticos suspensos.

Na reunião da assembleia, fica claro nos discursos dos parlamentares que os crimes pelos quais estão sendo acusados e suspensos seus direitos políticos, são em sua maioria casos de acusação de subversão comunista que, todavia, estão profundamente marcados por disputas políticas. Mas, há uma tentativa fervorosa do Jornal Pequeno de mostrar o que está ocorrendo, ainda que considere o caráter tímido das operações em solos maranhenses.

Revestiu-se de lances, a sessão de ontem da Assembleia Legislativa quando foram cassados os mandatos de Deputados Maranhenses em face de expediente do Comando do IV Exército, ao poder legislativo classificando aqueles representantes como incluídos entre os que tentaram subverter a ordem política e o regime democrático. Presente 28 parlamentares, o presidente Frederico Leda abriu a sessão, informando do ao Plenário das razões dos trabalhos, isto é a perda dos mandatos dos deputados Salvio Dino, Benedito Buzar e dos Suplentes Vera Cruz Marques, Joaquim Mochel, William Moreira Lima Bandeira Tribuzzi acusados de comunistas além do Sr José Bento Neves classificado como agitador pelas autoridades militares, perda essa que deveria ser votada pela Câmara do Estado. (*Jornal Pequeno*, 26 de junho de 1964, p. 3).

Mesmo tendo em vista todos estes casos supracitados sobre os passos da “Operação Limpeza” no Maranhão, o Jornal Pequeno no dia 27 de agosto de 1964, procurou demonstrar o caráter retardatário da operação em âmbito local, conotando que a operação não foi tão efetiva quanto no restante do país. Nesta reportagem fica claro que apenas a partir da chegada do Capitão Fragata Nélio Cavalcanti no estado, haveria uma maior garantia do aprofundamento dos desdobramentos do Ato. Portanto haveria mudanças inclusive no próprio Jornal Pequeno, quanto às denúncias efetuadas para averiguação dos crimes e a realização dos expurgos. Seria estabelecido um lugar específico para tais apurações.

Instalou-se ontem numa sala do edifício do IAP, a comissão de investigações para aplicação do Ato Institucional, com amplitude de ação no território maranhense, sobre a presidência do capitão de Fragata Nélio Cavalcanti, integrada dos Drs Vera Cruz e João Itapary, procurador geral da república. Todo aquele maranhense que tiver uma denúncia de fato concreto contra a corrupção e os corruptos, de qualquer das esferas administrativas do Estado, deverá dirigir-se à referida comissão na certeza de que embora retardadamente a revolução democrática de 31 de Março chegou a São Luís, e os seus postulados refletiram em todo o maranhão. O povo sofrido de nossa terra vítima desse desgoverno que ai esta, confia no patriotismo do ilustre capitão de Fragata Nélio Cavalcanti, depositando-lhe toda as esperança, cujo maior anseio é vê-la livre dessa oligarquia política, que transformou o poder em uso fruto pessoal de um grupo que domina. (*Jornal Pequeno*, 27 de agosto de 1964, p. 3).

A referida citação faz menção não apenas ao Regime Empresarial-Militar enquanto “revolução”, mas credita a ela e sua operação uma esperança ao povo de que, mesmo que tardiamente, a operação chegou ao Maranhão e tem todas as condições de colocá-la em prática para a eliminação das chagas que assolam o estado. Esta reportagem é um posicionamento do próprio *Jornal Pequeno*. Isto denota como o jornal em questão via os processos do Ato e contribui para a construção consensual da população maranhense em torno do mesmo.

Tendo chegado os representantes da Comissão presidida pelo capitão Nélio Cavalcanti, alteraram-se alguns comportamentos da sociedade maranhense, como também do *Jornal Pequeno*. Isto fica nítido quando o jornal se expressa sobre a sua contribuição para as investigações das ações do Ato Institucional, direcionando a opinião pública para o trabalho que estava sendo realizado, e orientando o leitor a contribuir através de denúncias diretamente a comissão, se eximindo de quaisquer envolvimento de publicação de reportagens sem averiguações e legitimando a presença e ação da comissão recém-instaurada no estado, fica explícito:

Cerentes com a nossa posição de imprensa orientadora da opinião pública, de órgão que sempre manteve vigilância na defesa ordem moral e jurídica do Brasil, cumprimos o dever de informar os signatários de denúncias enviadas este Jornal, que devem as mesma ser encaminhadas à Comissão presidida pelo Cap. De Fragata Nélio Cavalcanti, com sede no Edifício João Goulart, na sub loja. Podem os denunciante ter confiança no sigilo dos membros da Comissão, mandando suas denúncias devidamente fundamentadas. Devem, toda via, usar de honestidade e clareza. O que nos escreveram sobre irregularidades na Cooperativa do Departamento Autônomo de Estrada de Rodagem, a respeito das ilicitudes na Prefeitura de S. Vicente Ferrer e de associações fantasmas no município de Paço do Lumiar, bem assim informando que não há maternidade no Turu, devem formalizar tais denúncias a Comissão, certos de que serão os fatos devidamente apurados. Se assim não o fizerem, não estarão auxiliando o Governo Federal no expurgo dos corruptos e na punição dos corruptores, ficando o povo sem direito de reclamar contra a Revolução Vitoriosa. (*Jornal Pequeno*, 30 de agosto de 1964, p. 30).

O *Jornal Pequeno*, em notícia assinada pelo jornalista Othelino Nova Alves, termina o mês de setembro, dado o fim dos primeiros seis meses da “Operação Limpeza”, enaltecendo o Regime Empresarial-Militar, o Ato Institucional instaurado e os próprios chefes de Estado e da operação. Atribui uma legitimidade ao caráter militar da operação para que possa haver uma profícua ação na manobra dos expurgos. Traça uma crítica mesmo que suave ao caráter civil da operação, que parece deixar a desejar, no entanto garante a eficácia da mesma, a cargo da chefia do General Castelo Branco que iria garantir todo o expurgo da vida pública.

Evidencia alguns daqueles que considera erros da operação, como por exemplo, a cassação de mandato do senhor Sálvio Dino, mas em nenhum momento contra argumenta a existência e continuidade da operação ou desacredita o uso do Ato para tais fins. Pelo contrário, a reportagem convoca o povo maranhense a jubilar-se com todos os ensejos da operação e o caminho ao qual junto ao Ato Institucional estão conduzindo o estado do Maranhão a um pleno ordenamento social, político e econômico.

De sã consciência, de alma tranquila, ninguém poderá negar que o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, até aqui, foi o mais civil dos presidentes do Brasil. Logo ao assumir o Governo da República, foi o ilustre cearense e insigne brasileiro acusado de haver feito a revolução apenas para beneficiar os militares com o aumento as estes concedidos. Agora, acusam-no castigar apenas os militares deixando os civis corruptos a tripa forra, livres e lépidos. O que ocorre com o governo marcado da aplicação do Ato Institucional, é fácil de explicação: o setor militar tem o seu expurgo confiado a um homem de estirpe do General Arthur Costa e Silva, que não tem medido para sanear as Forças Armadas de elementos que divorciaram da ética do código da honra militar, que se afastaram das linhas mestras que Caxias traçou ao longo da sua invicta trajetória. Na esfera civil, porém, a supervisão do senador Milton Campos, velho político e jurista, que usa das duas condições para o exame dos casos que são submetidos á sua apreciação. Há portanto dissonância de atitudes entre o líder militar e o supervisor civil. (*Jornal Pequeno*, 19 de setembro de 1964, p. 4).

Mas, se me não engano com o cabeça chata, será feito expurgo geral neste país, sob a liderança do Marechal Castelo Branco, tão logo termine o Governo com o que vem fazendo na área militar. E o fará o presidente com maior autoridade, por que dirá que primeiramente castigou quer o seus camaradas do Exército, que homens da Marinha e da Aeronáutica. Erros há na aplicação dos postulados revolucionários e não são poucos. No nosso Estado, principalmente, onde ainda esperamos pela presença efetiva da Revolução. Dentre os erros que avultaram entre nós, destaco de sã consciência, a cassação do mandato de Salvio Dino. Mas nem por isso devemos desacreditar nos bons propósitos dos líderes revolucionários e, assim cabe nos prestigia-los para que a Revolução, atinja o seus sagrados objetivos e passamos nós, os maranhenses festejar jubilosos os dias de redenção da nossa terra, em todos os campos de suas atividades políticas e as esferas de ordem econômico, financeiro, social e humana, com a total reabilitação da justiça para a felicidade da gente sofredora do Estado que já foi o líder da cultura e do saber em terras do Brasil, desfrutando do grande conceito perante os povos civilizados (*Jornal Pequeno*, 19 de setembro de 1964, p. 4).

É perceptível o posicionamento favorável do *Jornal Pequeno* em relação a “Operação Limpeza” no Estado do Maranhão. O periódico, em suas páginas, vem sempre intencionalmente demonstrando os passos do Ato em suas diferentes formas e níveis da vida pública do estado, enfatizando que há um esforço do governo para aplicabilidade de suas normativas emergenciais, uma transparência em suas ações, mesmo que o jornal também deixe explícito que o andamento das operações tem um caráter tímido e lento no estado em relação aos outros estados da federação. Mesmo assim, não desmerece ao leitor a legitimidade do AI-1 e tampouco desmantela a imagem da legalidade e atuação do mesmo ao leitor. Pelo

contrário, fica esclarecido de como o jornal tenta construir um consenso das ações da “Operação Limpeza” à população, orientando, portanto, a opinião pública que o novo governo instaurado tem se esforçado para garantir a população não apenas do Maranhão, mas nacionalmente, o caminho livre de assombrações e subversões que possam ser percalços para o restabelecimento moral, político e social do Brasil.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve o objetivo de contribuir para a escassa produção da historiografia maranhense em relação ao Regime Empresarial-Militar instaurado pós 1964 e a decretação do Ato Institucional Nº 1, a “Operação Limpeza”. Elencando as especificidades locais, utilizando o impresso Jornal Pequeno, do estado do Maranhão, como recurso de fonte histórica, contribuindo assim para uma nova perspectiva da História do Brasil Contemporâneo.

Tendo posto em destaque a importância da análise do jornal enquanto fonte primária, inserido nos estudos da História do Tempo Presente, intencionou-se dar ênfase no relevante papel da investigação histórica por meio da comunicação, no caso a imprensa escrita, atrelados às postulações teóricas de Gramsci, sobre os conceitos de Estado ampliado, Hegemonia, Sociedade Civil, Sociedade Política, Aparelhos Privados de Hegemonia e Contra Hegemonia, que serviram como base desta pesquisa.

Perceber o Jornal Pequeno enquanto um “Aparelho Privado de Hegemonia” para examinar a função social, política e cultural no campo da luta de classes do século XX e no jogo de instauração de projetos ideológicos, dentro do campo da Sociedade Civil. Elucidar o fato de que esta instituição (Jornal Pequeno) atuar na construção do consenso dentro da sociedade maranhense para determinado projeto de classe ou de frações de classes.

No embate historiográfico sobre o golpe de 1964, esta pesquisa se posiciona ao relevar aplicação do termo “empresarial-militar” para classificar o Golpe de 64 e o regime instaurado. Esclarecendo que identificar o termo “civil-militar” não é suficiente para caracterizar a temática em questão. Haja vista que o termo “civil-militar” procura abarcar a ideia de uma adesão coletiva ao movimento autoritário que iniciara e permaneceria duas décadas, no entanto o caráter mais classista proposto por René Dreiffus localiza muito mais especificamente que parte da sociedade civil está engajada no Golpe de 1964 e na instauração do regime, principalmente através de organizações civis, no qual já identificamos segundo a perspectiva de Gramsci, os “Aparelhos Privados de Hegemonia”.

Desta forma, perceber a realidade do Jornal Pequeno, que é uma instituição dirigida por jornalistas e empresários que segundo seus próprios interesses, procuraram estabelecer uma hegemonia em torno de um projeto ideológico para as ações do regime instaurado, através da construção do consenso dentro da sociedade civil maranhense. Em determinados momentos, o Jornal Pequeno adota postura favorável ao projeto de ações e

medidas tomadas pelo governo instaurado, no caso específico sobre o Ato Institucional e seus principais desdobramentos, a “Operação Limpeza”, que se tornaria posteriormente hegemônico.

Portanto, a pesquisa aponta que mesmo que o jornal tenha se posicionado em processos anteriores ao Golpe Empresarial-Militar de 31 de Março de 1964, ao que diz respeito a posse do vice-presidente João Goulart, como defesa do direito constitucional democrático, assim como posicionar-se a favor do modelo presidencialista em vez do parlamentarismo, no qual considera uma manobra da direita parlamentar conservadora para atingir o poder e deter as ações do Executivo Federal reduzindo seu raio de ação, e durante o próprio Golpe Empresarial-Militar, em que o jornal também se posicionou determinando-o como golpista o movimento e a todos aqueles que dele participavam, este periódico atuou de maneira contra hegemônica segundo as postulações gramscianas. As suas reportagens, principais matérias e colunas buscavam conclamar e alertar a todos para a defesa do regime democrático, se mantendo coerente até aqui com todos os movimentos graduais até o 31 de março de 1964, por mais que estivesse em meio à ofensiva militar.

Entretanto, nesta pesquisa, foi possível perceber que o Jornal Pequeno, após a instauração do Regime Empresarial-Militar, e decretado sua primeira grande ação, o Ato Institucional Nº1, alterou seu posicionamento, segundo suas reportagens, manchetes, notícias e colunas. Conclamando a população maranhense, para observar a atuação eficaz do governo sobre a “Operação Limpeza”, tanto nacionalmente quanto no estado do Maranhão.

As notícias trazidas nas páginas do jornal sempre se posicionavam favoráveis à demonstração do árduo trabalho em que estavam empenhados os militares a realizar em prol da restauração nacional. Em muitas vezes a omissão do jornal, em não tecer críticas sobre as reportagens, ainda que transcritas como nos processos antecedentes e durante o Golpe Empresarial-Militar, localiza-se favorável às ações desdobradas do AI-1. Em diversos momentos há uma legitimidade da existência do Ato e de suas ações, como uma normativa legislativa emergencial necessária para o bem comum da nação.

O Golpe Empresarial-Militar se tornou Revolução nas palavras do jornal, e a limpeza estava sendo realizada ainda que lentamente no estado do Maranhão, mas deveria acontecer, e a população garantir a sua continuidade. Portanto, o jornal constrói uma hegemonia acerca do Ato Institucional e a “Operação Limpeza”, construindo um consenso ao povo maranhense favorável às ações governamentais autoritárias.

Concluimos que este trabalho destaca a importância do estudo sobre História Contemporânea do Brasil, em específico a um dos períodos mais trágicos e nebulosos da realidade brasileira, a ditadura, estabelecendo como prioridade as peculiaridades do estado Maranhão. Esta pesquisa deixa intencionalmente espaço para outras abordagens e questionamentos que possam fomentar ainda mais a produção historiográfica acerca da temática e seu aprofundamento, bem como a propagação da corrente teórico-metodológica no estado para novas abordagens, e uma atenção especial para o uso da imprensa como uma importante fonte da pesquisa histórica em que muito precisa ser observada.

Contudo, sobre História do Maranhão Contemporâneo, há muito que se investigar, e em especial em relação à ditadura empresarial-militar, várias são as outras temáticas que podem ser temas de novas abordagens pelos historiadores e a nova historiografia. Como a relação de gênero e a ditadura empresarial-militar, os processos de redemocratização e seus ecos no Maranhão, as influências das novas políticas econômicas no estado do Maranhão, todos os aparatos de repressão presente no Maranhão durante o regime autoritário, e uma inquietação particular, os lugares de memória do regime autoritário de 64 no estado do Maranhão, essas são apenas algumas novas abordagens sobre o tema que podem ser incentivados pelo pincelar desta pesquisa, a fim de contribuir para a investigação histórica no Maranhão, pois a História sempre será cúmplice da reinvenção, como disse Michel Foucault “*O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta*”.

ANEXOS

ATO INSTITUCIONAL (Nº 1)

À NAÇÃO

É indispensável fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro. O que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução.

A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação.

A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destitui o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo. Nela se contém a força normativa, inerente ao Poder Constituinte. Ela edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória. Os Chefes da revolução vitoriosa, graças à ação das Forças Armadas e ao apoio inequívoco da Nação, representam o Povo e em seu nome exercem o Poder Constituinte, de que o Povo é o único titular. O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação na sua quase totalidade, se destina a assegurar ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria. A revolução vitoriosa necessita de se institucionalizar e se apressa pela sua institucionalização a limitar os plenos poderes de que efetivamente dispõe.

O presente Ato institucional só poderia ser editado pela revolução vitoriosa,

representada pelos Comandos em Chefe das três Armas que respondem, no momento, pela realização dos objetivos revolucionários, cuja frustração estão decididas a impedir. Os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País. Destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do Poder no exclusivo interesse do País. Para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la, apenas, na parte relativa aos poderes do Presidente da República, a fim de que este possa cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas. Para reduzir ainda mais os plenos poderes de que se acha investida a revolução vitoriosa, resolvemos, igualmente, manter o Congresso Nacional, com as reservas relativas aos seus poderes, constantes do presente Ato Institucional.

Fica, assim, bem claro que a revolução não procura legitimar-se através do Congresso. Este é que recebe deste Ato Institucional, resultante do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções, a sua legitimação.

Em nome da revolução vitoriosa, e no intuito de consolidar a sua vitória, de maneira a assegurar a realização dos seus objetivos e garantir ao País um governo capaz de atender aos anseios do povo brasileiro, o Comando Supremo da Revolução, representado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica resolve editar o seguinte.

ATO INSTITUCIONAL

Art 1º - São mantidas a Constituição de 1946 e as Constituições estaduais e respectivas Emendas, com as modificações constantes deste Ato.

Art 2º - A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República, cujos mandatos terminarão em 31 (trinta e um) de janeiro de 1966, será realizada pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, dentro de 2 (dois)

dias, a contar deste Ato, em sessão pública e votação nominal.

§ 1º - Se não for obtido o quorum na primeira votação, outra realizar-se-á no mesmo dia, sendo considerado eleito quem obtiver maioria simples de votos; no caso de empate, prosseguir-se-á na votação até que um dos candidatos obtenha essa maioria.

§ 2º - Para a eleição regulada neste artigo, não haverá inelegibilidades.

Art 3º - O Presidente da República poderá remeter ao Congresso Nacional projetos de emenda da Constituição.

Parágrafo único - Os projetos de emenda constitucional, enviados pelo Presidente da República, serão apreciados em reunião do Congresso Nacional, dentro de 30 (trinta) dias, a contar do seu recebimento, em duas sessões, com o intervalo máximo de 10 (dez) dias, e serão considerados aprovados quando obtiverem, em ambas as votações, a maioria absoluta dos membros das duas Casas do Congresso.

Art 4º - O Presidente da República poderá enviar ao Congresso Nacional projetos de lei sobre qualquer matéria, os quais deverão ser apreciados dentro de 30 (trinta) dias, a contar do seu recebimento na Câmara dos Deputados, e de igual prazo no Senado Federal; caso contrário, serão tidos como aprovados.

Parágrafo único - O Presidente da República, se julgar urgente a medida, poderá solicitar que a apreciação do projeto se faça, em 30 (trinta) dias, em sessão conjunta do Congresso Nacional, na forma prevista neste artigo.

Art 5º - Caberá, privativamente, ao Presidente da República a iniciativa dos projetos de lei que criem ou aumentem a despesa pública; não serão admitidas, a esses projetos, em qualquer das Casas do Congresso Nacional, emendas que aumentem a despesa proposta pelo Presidente da República.

Art 6º - O Presidente da República, em qualquer dos casos previstos na Constituição, poderá decretar o estado de sítio, ou prorrogá-lo, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias; o seu ato será submetido ao Congresso Nacional, acompanhado de justificção, dentro de 48 (quarenta e oito) horas.

Art 7º - Ficam suspensas, por 6 (seis) meses, as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade.

§ 1º - Mediante investigação sumária, no prazo fixado neste artigo, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos ou dispensados, ou ainda, com

vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, mediante atos do Comando Supremo da Revolução até a posse do Presidente da República e, depois da sua posse, por decreto presidencial ou, em se tratando de servidores estaduais, por decreto do governo do Estado, desde que tenham tentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade da administração pública, sem prejuízo das sanções penais a que estejam sujeitos.

§ 2º - Ficam sujeitos às mesmas sanções os servidores municipais. Neste caso, a sanção prevista no § 1º lhes será aplicada por decreto do Governador do Estado, mediante proposta do Prefeito municipal.

§ 3º - Do ato que atingir servidor estadual ou municipal vitalício, caberá recurso para o Presidente da República.

§ 4º - O controle jurisdicional desses atos limitar-se-á ao exame de formalidades extrínsecas, vedada a apreciação dos fatos que o motivaram, bem como da sua conveniência ou oportunidade.

Art 8º - Os inquéritos e processos visando à apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária poderão ser instaurados individual ou coletivamente.

Art 9º - A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República, que tomarão posse em 31 de janeiro de 1966, será realizada em 3 de outubro de 1965.

Art 10 - No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-Chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de 10 (dez) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos.

Parágrafo único - Empossado o Presidente da República, este, por indicação do Conselho de Segurança Nacional, dentro de 60 (sessenta) dias, poderá praticar os atos previstos neste artigo.

Art 11 - O presente Ato vigora desde a sua data até 31 de janeiro de 1966; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro-GB, 9 de abril de 1964.

ARTHUR DA COSTA E SILVA Gen.-Ex.

FRANCISCO DE ASSIS CORREIA DE MELLO Ten.-Brig.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRUNEWALD Vice-Alm.

REFERÊNCIAS

1 – Fontes documentais

Jornal Pequeno 30.08.1961 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
 Jornal Pequeno 09.09.1961 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
 Jornal Pequeno 15.09.1961 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
 Jornal Pequeno 06.01.1963 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
 Jornal Pequeno 09.01.1963 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
 Jornal Pequeno 19.01.1963 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
 Jornal Pequeno 02.09.1963 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
 Jornal Pequeno 17.09.1963 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
 Jornal Pequeno 24.01.1964 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
 Jornal Pequeno 25.03.1964 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
 Jornal Pequeno 03.04.1964 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
 Jornal Pequeno 04.04.1964 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
 Jornal Pequeno 24.01.1964 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
 Jornal Pequeno 25.03.1964 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
 Jornal Pequeno 03.04.1964 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
 Jornal Pequeno 04.04.1964 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
 Jornal Pequeno 24.01.1964 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
 Jornal Pequeno 25.03.1964 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
 Jornal Pequeno 03.04.1964 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
 Jornal Pequeno 04.04.1964 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)

2 – Fontes Bibliográficas

ALMEIDA, Jorge. **A relação entre mídia e sociedade civil em Gramsci**. Revista Com Política, n.1, vol. 1, ed. março-abril, ano 2011.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

BRAVO, Guilherme Pigozzi. **O Partido Impresso: Imprensa e Hegemonia no pensamento político de Antonio Gramsci**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

CAMPANHOLE, Adriano. CAMPANHOLE, Hílton Lobo. **Atos Institucionais, Atos Complementares, Leis Complementares**. São Paulo: Editora Atlas, 1971.

CARDOSO, Fernando Henrique. **O modelo político brasileiro e outros ensaios**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

CODATO, Adriano N. **O golpe de 1964 e o regime de 1968: Aspectos conjunturais e variáveis históricas**. In: História: Questões & Debates, ano 21, n.40, Editora UFPR: Curitiba, 2004.

COMPARATO, Fábio Konder. **Compreensão história do regime empresarial-militar brasileiro**. Disponível em:

<<http://www.conversaafiada.com.br/politica/2014/03/11/comparato-ditadura-e-o-regime-empresarial-militar-brasileiro/>>.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

COUTO, Adolpho João de Paula. **Revolução de 1964: a versão e o fato**. Porto Alegre: Editora Gente do livro, 1999.

CRUZ, Sebastião Velasco. MARTINS, Carlos Estevam. De Castelo a Figueiredo: uma incursão na pré-história da “abertura”. In: SORJ, Bernardo. ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (orgs.). **Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

D'ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon, CASTRO, Celso. **Visões do Golpe. A memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. DULCI, Otávio. As forças armadas e a política. In: SORJ, Bernardo. ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (orgs.). **Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização, 2011.

FERREIRA, Marieta Moraes. **João Goulart: entre a História e a Memória**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FICO, Carlos. **Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In: **Revista Brasileira de História**, vol. 24, nº 47. São Paulo, 2004.

- FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. **Democracia ou Reformas. Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964.** São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- FILHO, Eduardo Meinberg Albuquerque Maranhão. **Para uma História do Tempo Presente.** Revista Catarinense de História, Florianópolis, n.17, p.137-151, 2009.
- FONTES, Virgínia Fontes. **Brasil e o Capital-Imperialismo: Teoria e História.** Rio de Janeiro: Fiocruz e UFRJ, 2010.
- GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas – A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada.** São Paulo: Ática, 1987.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**, vol. 3. Maquiavel e a Política do Estado Moderno (caderno nº 13). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- HOBBSAWM, Eric. J. **O Presente como História: escrever a história de seu próprio tempo.** Novos Estudos CEBRAP N.º 43, novembro 1995 pp. 103-112.
- IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- LEMONS, Renato. **Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964.** Marx e o marxismo, v. 2, p. 111-138, 2014.
- MACHADO, Eduardo de Andrade. **História do Tempo Presente: um desafio possível.** Disponível em:
http://tempopresente.org/index.php?option=com_content&view=article&id=5310:historia-do-tempo-presente-um-desafio-possivel&catid=36&Itemid=127.
- MELO, D. B. **A Miséria da Historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo.** Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- _____. **Ditadura 'civil-militar'?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente.** Espaço Plural (Marechal Cândido Rondon. Online), v. 27, p. 39-53, 2012.
- MORAES, Denis de. **A comunicação na batalha das ideias.** ACESSA.com Gramsci e o Brasil. revista eletrônica. Disponível em:
<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1079>.
- MOREIRA ALVES, Márcia Helena. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984).** Editora Vozes, 2ª edição, 1984.
- NAPOLITANO, Marcos. **História do Regime Militar Brasileiro.** São Paulo: Contexto, 2014.

O'DONNELL, Guilherme. Tensões no Estado autoritário-burocrático e a questão da democracia. In: COLLIER, David. **O novo autoritarismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

REIS FILHO, Daniel Arão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. **O Golpe e a Ditadura Militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004.

_____. RIDENTI, Marcelo. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A Ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do Golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **O cálculo do conflito: estabilidade e crise política brasileira**. Rio de Janeiro: UFMG; Iuperj, 2003.

SECMA. **Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007**. São Luís: edições SECMA, 2007.

SOARES, G.A.D. O Golpe de 64. In: D'ARAÚJO, M.C. et alli (org.). **Visões do golpe: a memória militar sobre 1964**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A História Militar do Brasil**. Editora Expressão popular, São Paulo, 2010.

SPOHR, Martina. **A relação empresarial-militar entre Brasil e Estados Unidos no golpe de 1964**. Militares e Política (UFRJ), v. 9, p. 52-63, 2012.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política. As mudanças de padrões na vida brasileira**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

VIANA FILHO, Luis. **O Governo Castelo Branco**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1976.

VILLA, Marco Antonio. **Ditadura à brasileira 1964-1985: A democracia golpeada à esquerda e à direita**. São Paulo, 2014.

_____. **Jango, um perfil**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2004.